

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Hudson Shiguer Kinashi**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1084/2020-PGJ, DE 25.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, com a redação dada pela Portaria 158/2020-PGJ, de 17.1.2020, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco o 1º período de férias, que seriam usufruídas no período de 27.4 a 15.5.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1086/2020-PGJ, DE 25.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 24.3.2020, a Portaria nº 2251/2019-PGJ, de 27.6.2019, que concedeu à 7ª Promotora de Justiça de Corumbá, Ludmila de Paula Castro Silva, licença para frequentar curso de Doutorado Interinstitucional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Universidade de São Paulo, UFMS/USP.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1085/2020-PGJ, DE 25.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Declarar vago, a partir de 13 de março de 2020, o cargo de Técnico II, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, ocupado por Felipe Augusto da Cruz, em virtude de sua posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 56, inciso VI, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000 (Processo PGJ/10/0994/2020).

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 06/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/4147/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **VETT – VIA EXPRESS TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**, representada por **José Luiz Costa** e por **Leandro da Cunha Amaral**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 54/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Reajustar o valor contratual, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com efeitos a partir de 27.02.2020, com respaldo no item 14.1, de sua Cláusula Quarta.

Valor contratual mensal: R\$ 10.106,59 (dez mil cento e seis reais e cinquenta e nove centavos).

Vigência: 24.03.2020 a 27.02.2021.

Data de assinatura: 24 de março de 2020.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/PGJ/2019-SRP – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.059 DE 26 DE SETEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 28 A 29) E NO DOMP-MS Nº 2.118 DE 7 DE JANEIRO DE 2020 (PÁGINA 25) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo nº PGJ/10/2526/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **YOUSSEF AMIM YOUSSEF**, representada por **Youssef Amim Youssef**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 9/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza (balde, esponja, sabão, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Escova para limpeza com cerdas de nylon, estrutura de madeira ou plástica, formato ovalado ou retangular, medindo no mínimo 6cm x 5cm x 13cm. Marca: FRICCI.	Unidade	50	2,26
3	Esponja de fibra sintética, dupla face, para uso geral de limpeza, medindo aproximadamente 7cm x 11cm x 2,2cm (admitindo-se 1,5cm para mais ou para menos), embalagem individual. Marcas de referência: Bombril, Assolan ou Scotch Brite 3M. Marca: BOMBRIL.	Unidade	50	1,31
4	Esponja de lã de aço, acondicionada em fardo contendo 14 pacotes com 8 unidades cada (14x8). Marcas de referência: Bombril, Assolan, Ypê ou Q'Lustro. Marca: Q'LUSTRO.	Unidade	50	19,97
5	Inseticida à base de água, aerossol, multiuso, sem componentes à base de petróleo, embalagem contendo no mínimo 300 ml, com registro ou notificação no Ministério da Saúde, químico responsável, data de validade, composição estampados na embalagem. Marcas de referência: SBP, Raid ou Baygon. Marca: BAYGON.	Frasco	100	9,90

6	Limpador multiuso para pisos, cozinhas, banheiros, azulejos e superfícies laváveis, com ingredientes removedores de sujeiras e gorduras, possibilidade de utilização do produto puro ou diluído, embalagem contendo 500ml. Deverá estar estampada na embalagem do produto a data de fabricação, data de validade, registro, notificação ou protocolo no Ministério da Saúde e ainda nome do responsável técnico ou nº do CRQ. Marcas de referência: Veja, Ajax, Ypê, Ingleza. Marca: UAU (INGLEZA).	Unidade	60	3,80
9	Papel higiênico branco, macio, sem perfume, picotado e gofrado ou texturizado, 100% fibra celulósica virgem, folha dupla, rolo com 30m x 10cm, embalagem plástica com quatro rolos, com composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante na embalagem. Indústria brasileira. Marcas de Referência: Neve, Personal, Cotton ou Klass. Marca: PERSONAL.	Unidade	960	5,19
11	Sabão em pó, com enzimas, para limpeza geral, biodegradável, embalagem plástica de 1 Kg, com registro do Ministério da Saúde. Químico responsável, indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informações gerais do fabricante estampadas na embalagem do produto. Marcas de referência: Brilhante, Omo, Ace ou Tixan. Marca: TIXAN.	Unidade	50	7,97
18	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade para 200 litros, medindo no mínimo 0,95m x 1,20m, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: PORTOPLAST.	Pacote	50	66,87

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 24 de setembro de 2019.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### CAMPO GRANDE

#### EDITAL Nº 0009/2020/25PJ/CGR

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do inquérito civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000389-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cirúrgica Fernandes - Comércio de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares – Sociedade Limitada com sede na Alameda Africa, nº 570, Tambore - CEP: 06543-306, Santana de Parnaíba - SP.

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto a falta de itens hospitalares em estoque que são disponibilizados para compra.

Campo Grande/MS, 24 de março de 2020.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0010/2020/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do inquérito civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000390-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Supermed Comércio e Importação de Produtos Médicos e Hospitalares LTDA com sede na Rua Projetada, nº S/N, Itaim - CEP: 37600-000, São Paulo SP.

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto ao aumento abusivo de produtos e a falta parcial de itens que estavam disponíveis para a realização de pedidos.

Campo Grande/MS, 24 de março de 2020.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0011/2020/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do inquérito civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000392-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Comercial Cirurgica Rioclarense LTDA com sede na Avenida 62 A, nº 419, Jardim América - CEP: 13506-056, Rio Claro SP.

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto ao aumento abusivo de produtos.

Campo Grande/MS, 24 de março de 2020.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0012/2020/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do inquérito civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000393-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: CM Hospitalar S.A. - MAFRA HOSPITALAR com sede na Avenida Luiz Maggioni, nº 2727, Distrito Empresarial - CEP: 14072-055, Ribeirão Preto-SP.

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto ao aumento abusivo de produtos e cancelamento de pedido de compra que já se encontrava finalizado.

Campo Grande/MS, 24 de março de 2020.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0013/2020/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do inquérito civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000394-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: DUPATRI Hospitalar Comércio Importação e Exportação LTDA com sede na Rua São Paulo, nº 31, Vila Belmiro - CEP: 11075-330, Santos SP.

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto a falta de previsão de entrega para os pedidos de compras realizados.

Campo Grande/MS, 24 de março de 2020.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0014/2020/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do inquérito civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000398-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: : Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A com sede na Rua Norberto Otto Wild, nº 420, Imigrante - CEP: 96880-000, Vera Cruz-RS.

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto ao aumento abusivo de produto.

Campo Grande/MS, 24 de março de 2020.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0015/2020/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do inquérito civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000399-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nacional Comercial Hospitalar Ltda. com sede na Avenida Dr. Celso Charuri, nº 7500, Jd. Manoel Pena - CEP: 14098-515, Ribeirão Preto-SP.

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto ao aumento abusivo de produto.

Campo Grande/MS, 24 de março de 2020.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0016/2020/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do inquérito civil discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000400-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Go.Med Distribuidora de Medicamentos LTDA com sede na Rua Antônio da Cunha Almeida, nº S/N, Setor dos Afonsos - CEP: 74915-260, Aparecida de Goiânia-GO.

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto ao cancelamento de compra realizada em razão da exigência do pagamento à vista.

Campo Grande/MS, 24 de março de 2020.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

---

**DOURADOS**

---

**EDITAL 0009/2020/10PJ/DOS**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.ms.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001326-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: apurar eventual irregularidade na disponibilização de vacinas nos Postos de Saúde do Município de Dourados/MS

Dourados, 24 de março de 2020

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

**RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N° 02/2020**

PP n. 06.2020.00000320-5

*“EMENTA: Recomenda a segmentos dos poderes público estadual e municipais (Dourados/MS e Laguna Carapã/MS) diversas providências preventivas para enfrentamento da pandemia de COVID-19 (Coronavírus)”*

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seus Promotores de Justiça abaixo assinados, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Preparatório n. 06.2020.00000320-5, instaurado no âmbito da 10ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS, com fundamento no artigo 201, §5º, alínea “c”, da Lei Federal n. 8.069/1990, artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007; na Resolução n. 164/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do

Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o disposto no artigo 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos exatos termos do artigo 129, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007-PGJ dispõe, em seu artigo 5º, que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que a Recomendação n. 001/CGMP/2016, de 06 de outubro de 2016, em seu artigo 1º, reza que as recomendações e demais providências referentes à atuação ministerial, garantidas constitucionalmente, deverão ser expedidas de maneira vinculada ao procedimento de origem, seja ele um procedimento administrativo, inquérito civil ou procedimento preparatório, devendo constar prazo razoável para atendimento de seu conteúdo; e acompanhada pelo órgão de execução até seu efetivo cumprimento ou vencimento do prazo assinalado;

CONSIDERANDO que se instaurou o presente procedimento de acompanhamento a fim de apurar a idoneidade, eficiência e razoabilidade das políticas públicas de prevenção, contenção e tratamento adotadas neste município com relação ao denominado COVID 19;

CONSIDERANDO que a situação, lamentavelmente, está se agravando, com o aumento exponencial de infectados no Brasil e no mundo, pois no dia 19/03/2020, segundo o site de estatísticas Worldometers, havia 228.017 mil casos confirmados de pessoas infectadas, havendo, até o momento, um total de 9.314 mil mortes<sup>1</sup>;

CONSIDERANDO que, não à toa, na última quarta-feira (11/03/20), a Organização Mundial da Saúde classificou o Coronavírus como uma “pandemia”, cobrando uma ação dos governos compatível com a gravidade da situação a ser enfrentada. De acordo com Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS *“Nas últimas duas semanas, o número de casos de Covid-19 [doença provocada pelo vírus] fora da China aumentou 13 vezes e a quantidade de países afetados triplicou. Temos mais de 118 mil infecções em 114 nações, sendo que 4 291 pessoas morreram”*<sup>2e3</sup>;

CONSIDERANDO que, no Brasil, foram anunciadas em 19/03/2020 as duas primeiras mortes em decorrência da doença, havendo atualmente 428 casos confirmados pelo Ministério da Saúde<sup>4</sup>. Tal incremento na quantidade de casos vem preocupado os especialistas e a população em geral, uma vez que, além do elevado número absoluto de casos fora do hemisfério norte, o Brasil tem apresentado um crescimento vertiginoso no número de pessoas infectadas, fazendo pressupor que a situação está prestes a fugir ao controle das autoridades;

CONSIDERANDO que, nesse sentido, o Ministério da Saúde e as autoridades públicas estaduais já afirmaram o início da transmissão comunitária, o que significa que não será mais possível detectar de quem o vírus foi contraído, tornando ainda mais difícil o controle da transmissão da COVID-19. E, pelos dados oficiais divulgados, este momento parece cada vez mais próximo, havendo mais de 11.278<sup>5</sup> casos suspeitos em todo o país, número esse que pode ser subdimensionado, considerando o fato de que, em muitos casos, o vírus não se manifesta de modo evidente na pessoa infectada, além do que, certas pessoas apresentam apenas sintomas leves, acreditando, erroneamente, terem adquirido um resfriado leve;

CONSIDERANDO que, nesse cenário, a situação do Estado de Mato Grosso do Sul é preocupante, pois de acordo com informações divulgadas pela mídia, às 17h32 da quarta-feira, 18/03/2020, o número de casos confirmados de Coronavírus subiu para 7<sup>6</sup> em Campo Grande, havendo um incremento de mais de 250% em relação ao balanço anterior, divulgado na manhã de segunda-feira (16/03/2020). Com relação aos casos suspeitos, os mesmos totalizavam 90<sup>7</sup> casos em 17/03/2020. A preocupação é com relação à divisa do nosso Estado com o Estado de São Paulo, onde a situação é muito preocupante.

<sup>1</sup> <https://www.worldometers.info/coronavirus>, atualizado até as 10h35 do dia 19.03.2020.

<sup>2</sup> <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/13/casos-confirmados-de-novo-coronavirusno-brasil-em-13-de-marco.ghtml>

<sup>3</sup> <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/03/11/proliferao-de-coronavirus-leva-oms-adeclarar-pandemia.htm>

<sup>4</sup> <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/19/casos-de-coronavirus-no-brasil-em-19-de-marco.ghtml>

<sup>5</sup> Idem 4.

<sup>6</sup> <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/03/18/mato-grosso-do-sul-confirma-7o-caso-de-coronavirus-e-48-em-investigacao.ghtml>

<sup>7</sup> <http://www.campogrande.ms.gov.br/sesau/noticias/atualizacao-de-casos-suspeitos-de-coronavirus-covid-19-em-campo-grande-informe-09/>



CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.393, de 17 de março de 2020, que suspendeu as aulas na rede pública estadual de ensino no período de 23/03 a 06/04/2020, orientando as redes públicas municipais e as instituições privadas a fazerem o mesmo;

CONSIDERANDO que o Município de Dourados/MS, em que pese o elogiável e visível esforço inicial de seus representantes, inclusive através da criação de um comitê especial para acompanhamento da crise, através do Decreto n. 2463, de 16/03/2020, ainda não adotou todas as medidas suficientes à prevenção da doença;

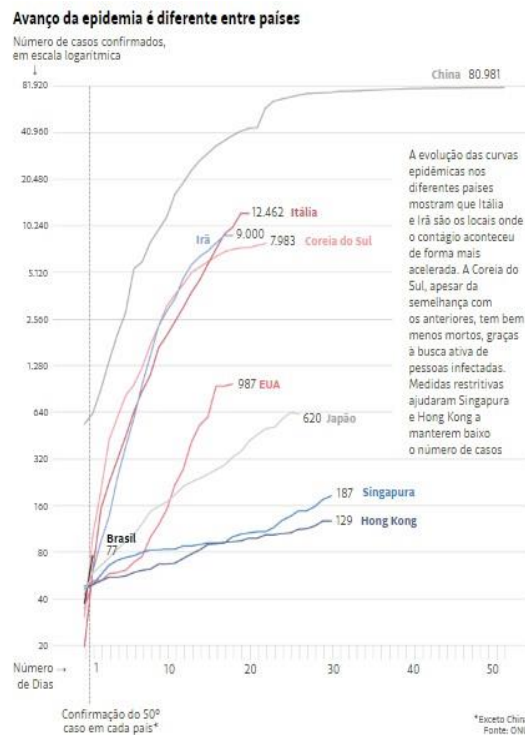
CONSIDERANDO que o Município de Laguna Carapã/MS, por seu prefeito municipal, publicou o Decreto n. 077, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus-COVID-19, adotando providências para conter a disseminação do vírus;

CONSIDERANDO que a saúde pública e a sua garantia são de responsabilidade do Estado, que deve adotar políticas públicas claras e definidas a fim de garantir o bem-estar de todos, prevenindo doenças e garantindo o atendimento integral, de forma ininterrupta, tal como preceituam os artigos 196 e 197 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o decreto de uma pandemia pela OMS, de modo que o gestor não pode se furtar de tomar as medidas de Estado cabíveis para prevenir o risco de contágio, delegando-as somente à boa vontade e discernimento dos particulares, que aparentemente não têm todas as informações adequadas para tomada dessa decisão;

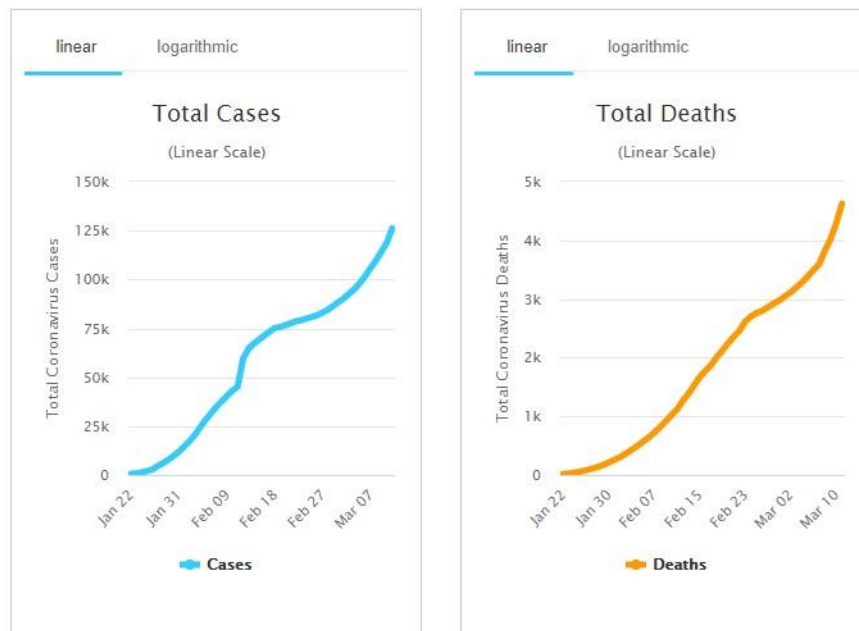
CONSIDERANDO as nefastas consequências de os gestores eventualmente se omitirem na tomada de medidas oficiais contra aglomerações, bem como de medidas de prevenção/informação em geral, com a contaminação de grande parte da população de maneira simultânea, impedindo o Sistema Único de Saúde de dar respostas adequadas ao Coronavírus e às demais doenças que necessitam de atendimento e leitos hospitalares.

CONSIDERANDO a importância da prevenção nos estágios iniciais do contágio, como forma de controlar a velocidade de propagação do vírus, tem sido entendida como a medida mais efetiva para proteger os cidadãos e obstar o colapso do sistema de saúde, conforme comprova o gráfico abaixo: Coreia do Sul, Singapura e Hong Kong, adotando medidas restritivas na aglomeração de pessoas, mantiveram baixo o número de casos;



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/singapura-e-coreiado-sul-tem-mais-sucesso-em-deter-coronavirus.shtml>

CONSIDERANDO que a relevância na adoção de medidas preventivas antes que o vírus se alastre é demonstrada de forma incontestável por gráficos (como aquele a seguir acostado), que revelam que o contágio se expande em progressão geométrica, como aliás confirma o incremento de pessoas contaminadas no Estado de Mato Grosso do Sul, que aumentou 50% de um dia para o outro (16/03/29 – 17/03/20);



Fonte: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>

CONSIDERANDO que a justificativa técnica e a decisão fundamentada no interesse público se fazem ainda mais necessárias quando é notório e sabido o *déficit* de médicos no SUS e que o número de leitos – geral e os de UTI – no Estado de Mato Grosso do Sul (cerca de 26 leitos em Campo Grande e constante ausência de vagas no interior do Estado) são insuficientes para o dia a dia da população, de modo que não suportariam a demanda de um contágio explosivo da COVID-19, mesmo considerando eventual incremento com aporte de custeio pelo Governo Federal.; e

CONSIDERANDO que, demais disso, o Estado vive uma epidemia de dengue. Segundo o último boletim epidemiológico divulgado na quarta-feira, 18 pessoas já morrem no Estado por conta desta doença e 29.793 pessoas foram notificadas com dengue;

CONSIDERANDO que toda criança e adolescente tem especial proteção de sua Dignidade, consistindo em dever da família, da sociedade e do Estado assegurar-lhes, com absoluta prioridade seus direitos fundamentais, entre os quais, o direito à convivência familiar e comunitária de maneira sadia e em consideração à sua especial condição de ser humano em desenvolvimento (art. 227, *caput* e §7º da CRFB e artigos 4º, *caput* e 19, *caput* da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que o art. 4º da Lei Federal nº 8.069/90, dispõe que a garantia de prioridade compreende, entre outros aspectos, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à dignidade e ao respeito, inclusive com a prioridade quanto à primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias e precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

CONSIDERANDO o caráter essencial do serviço prestado pelos Conselhos Tutelares, conforme artigos 131 a 137 do Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo o Município prover as instalações, servidores e assegurar o integral funcionamento da secretaria e dos Conselhos Tutelares, conforme previsão legal municipal;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme inteligência do art. 131 da Lei 8069/90;

CONSIDERANDO as atribuições do Conselho Tutelar quanto à aplicação de medidas de proteção às crianças e

adolescentes e medidas pertinentes aos genitores quando houver risco à integridade física, psíquica, emocional ou moral de crianças e adolescentes, conforme se infere da interpretação sistemática dos artigos 136, 101 e 129 da Lei nº 8069/90;

CONSIDERANDO que, com a edição da LEI COMPLEMENTAR Nº 364 DE 03 DE ABRIL DE 2019, o Município de Dourados/MS passou a contar com plantão social de sobreaviso à distância para servidor efetivo nos cargos de nível superior do SUAS;

CONSIDERANDO que no município de Dourados/MS estão em funcionamento dois Conselhos Tutelares (Leste e Centro) e no município de Laguna Carapã/MS um Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que conforme o art. 3º do ECA, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e igualdade;

CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, na forma do art. 227 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, sendo utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para a colocação em família substituta, não implicando em privação de liberdade;

CONSIDERANDO que é dever legal do membro do Ministério Público fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais referidas no art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, destacando-se os programas de proteção referentes à colocação familiar e acolhimento institucional;

CONSIDERANDO que a Comarca de Dourados/MS conta 03 (três) entidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes (“Lar Ebenezer – Casa I”; “Lar Ebenezer – Casa II”; e “Lar Santa Rita”), e 02 (dois) Serviços de Família Acolhedora, sendo um em Dourados/MS e um em Laguna Carapã/MS;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º do Estatuto do Idoso, que preleciona a respeito de nenhum idoso ser objeto de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo aquele que atentando aos seus (idosos) direitos será punido na forma da lei, sendo dever de todos prevenirem a ameaça ou violação ao direito destes. Insta salientar ainda o fato da garantia do Estado ao idoso, no fito de assegurar sua liberdade, o respeito e dignidade, como pessoa humana e portador de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantido na Constituição e nas leis;

CONSIDERANDO que a Política Nacional do Idoso apresenta entre suas diretrizes a “*priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria subsistência*”; e ainda a “*priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família*” (Art. 4, III e VIII, respectivamente);

CONSIDERANDO que, na mesma linha de argumentação, o Decreto n. 1948/96 elucida que “*entende-se por modalidade asilar o atendimento, em regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover à sua própria subsistência de modo a satisfazer as necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social*” (Art. 3º). E acrescenta, em seu parágrafo único, que “*a assistência na modalidade asilar ocorre no caso da inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios ou da própria família*”;

CONSIDERANDO que, consoante o Estatuto do Idoso, a priorização do atendimento do idoso é por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuem ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência (art. 3, V);

CONSIDERANDO, portanto, que, no contexto da assistência social, a institucionalização deve ter um caráter de excepcionalidade e brevidade, uma vez que a diretriz adotada pela política nacional é de manutenção da pessoa idosa

na família, conforme determina o art. 4º, inciso III, da Lei nº 8.842/94;

CONSIDERANDO que é dever legal do membro do Ministério Público fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais referidas no art. 52 do Estatuto do Idoso, destacando-se os programas de proteção referentes ao atendimento à pessoa idosa;

CONSIDERANDO que os artigos 39 e 40 do Estatuto da Pessoa com Deficiência delineiam que os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social;

CONSIDERANDO que, na Comarca de Dourados/MS há, em funcionamento, instituições de longa permanência para pessoas idosas, Asilo da Velhice Desamparada de Dourados/MS e Fraternidade de Aliança Toca de Assis, assim como a Residência Inclusiva Regionalizada de Dourados/MS para o atendimento de pessoas com deficiência;

RECOMENDA ao MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS, através de sua PREFEITA MUNICIPAL, ao MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ/MS, por seu PREFEITO MUNICIPAL, ao Secretário de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho DE MATO GROSSO DO SUL, aos SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (Dourados/MS e Laguna Carapã/MS), aos SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (Dourados/MS e Laguna Carapã/MS), aos SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Dourados/MS e Laguna Carapã/MS), aos CONSELHOS TUTELARES DE DOURADOS/MS e de LAGUNA CARAPÃ/MS, por seus coordenadores, às INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO, LONGA PERMANÊNCIA E RESIDÊNCIA INCLUSIVA DE DOURADOS/MS, por seus dirigentes, aos SERVIÇOS DE FAMÍLIA ACOLHEDORA DE DOURADOS/MS e de LAGUNA CARAPÃ/MS, por seus coordenadores, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as seguintes providências:

Cumprir integralmente as orientações determinadas pela Organização Mundial de Saúde e Ministério da Saúde, com o encaminhamento a esta Promotoria de Justiça da relação de medidas implementadas via regulamentar, com previsão de sanções para caso de descumprimento, para impedir aglomerações de pessoas no Município de Dourados/MS e no Município de Laguna Carapã/MS;

Informar sobre as providências adotadas para a realização de campanha oficial, por todos os meios de comunicação adequados, informando a população quanto (a) à necessidade de evitar aglomerações para impedir o contágio individual e as consequências de uma contaminação simultânea e em larga escala da população, o que resultaria em caos para o sistema de saúde (SUS, convênios e privados), que não teria capacidade de dar respostas às demandas de saúde, em geral e do Coronavírus (ex: número insuficiente de leitos, medicamentos e insumos); (b) aos sintomas e níveis de gravidade da doença, bem como sobre as situações em que deve ser buscado o sistema de saúde, evitando o contágio no próprio equipamento de saúde e a procura desnecessária dos prontos socorros;

Suspender as aulas da Rede Pública e Privada de ensino, pelo período MÍNIMO de 30 dias, conforme Decreto Estadual n. 15393, de 17/03/2020), podendo ser estendido, por questão de saúde pública;

Assegurar o funcionamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e/ou Familiar (crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência), com a aplicação das devidas medidas preventivas, tais como a suspensão de visitas externas, aplicação de rigorosa rotina de higiene, uso de insumos e equipamentos de proteção, etc;

Informar sobre as medidas emergenciais adotadas, com o encaminhamento de protocolos e fluxos de atendimento no tocante à prevenção e contenção da epidemia nos aparelhos públicos assistenciais, notadamente: a) Acolhimento à população de rua; b) Acolhimento de longa permanência aos idosos e Centros de Convivência e Creches para idosos; c) Acolhimento aos imigrantes; d) Acolhimentos de crianças e adolescentes.

Informar sobre as providências adotadas para a realização de campanha oficial, por todos os meios de comunicação adequados, informando a população quanto (a) à necessidade de evitar aglomerações para impedir o contágio individual e as consequências de uma contaminação simultânea e em larga escala da população, o que resultaria em caos para o sistema de saúde (SUS, convênios e privados), que não teria capacidade de dar respostas às demandas de saúde, em geral e do Coronavírus (ex: número insuficiente de leitos, medicamentos e insumos); (b) aos sintomas e níveis

de gravidade da doença, bem como sobre as situações em que deve ser buscado o sistema de saúde, evitando o contágio no próprio equipamento de saúde e a procura desnecessária dos prontos socorros

Informar sobre as medidas adotadas para a estruturação do Sistema Único de Saúde, tais como contratação de médicos, leitos de UTI, equipamentos de respiração, compra de medicamentos, insumos e testes para comprovação do Coronavírus, sem prejuízo de outras, atentando-se, todavia, aos princípios da eficiência, legalidade, moralidade administrativas e das disposições constantes na Lei de Licitações.

Adotar todas as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis em face de fornecedores que, eventualmente, estejam praticando atos atentatórios ao interesse público, tais como atrasos, pedidos de realinhamento de preços, sobrepreço e/ou superfaturamento de equipamento, produtos ou insumos de saúde e outros que se façam necessários ao controle da pandemia. Para tanto e, caso necessário, solicitem apoio das Guardas Municipais e/ou Polícia Militar;

Publique-se no DOMP e encaminhe-se cópia da presente recomendação às autoridades recomendadas, aos Presidentes das Câmaras Municipais dos Municípios de Dourados/MS e de Laguna Carapã/MS, aos Presidentes das Comissões de Saúde das Câmaras Municipais, aos Presidentes dos Conselhos Municipais de Saúde, de Educação e de Assistência Social, ao Presidente da OAB desta seccional, ao Presidente do Conselho Regional de Enfermagem, ao Presidente do Conselho Regional de Medicina, aos diretores dos hospitais públicos e privados destas cidades.

Dourados, 19 de março de 2020.

**ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR**

Promotor de Justiça – 10ª Promotoria de Justiça

**LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL**

Promotor de Justiça – 17ª Promotoria de Justiça

## **RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N. 002/2020 – COMPLEMENTAR – 2**

Procedimento Preparatório n. 06.2020.0000320-5

Requerente: Ministério Público Estadual

### **RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N. 002/2020 – COMPLEMENTAR – 2**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do 10º Promotor de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão, do 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social e do 17º Promotor de Justiça de Defesa das Crianças, Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo art. 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu art. 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que o art. 44 daquele mesmo ato dispõe que “o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do detentor de cargo ou função pública desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que fora expedida, na data de 19 de março de 2020, no bojo do Procedimento Preparatório n. 06.2020.00000320-5/10PJ-DOS a Recomendação Conjunta n. 02/2020 que *“Recomenda a segmentos dos poderes públicos e municipais (Dourados/MS e Laguna Carapã/MS) diversas providências para enfrentamento da pandemia de COVID-19 (coronavírus)”*;

CONSIDERANDO as providências adotadas pelo MPMS no bojo dos Procedimentos Administrativos n. 09.2020.00000149-5/17PJ-DOS e n. 09.2020.00000146-2/17PJ-DOS que acompanham os serviços de acolhimento institucional e familiar de crianças e adolescentes, bem como de longa permanência de idosos e residência inclusiva nesta Comarca de Dourados/MS;

CONSIDERANDO que está prevista para iniciar, na próxima segunda-feira (23 de março de 2020), a campanha nacional de vacinação contra a influenza em Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que a campanha de vacinação (influenza) foi antecipada, pelo Ministério da Saúde<sup>8</sup>, em um mês por causa da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), como *“forma de auxiliar os profissionais de saúde a descartarem influenza na triagem de casos para o coronavírus”*.

CONSIDERANDO que embora a vacina contra a influenza não proteja contra coronavírus, poderá facilitar o trabalho dos profissionais de saúde, tanto do ponto de vista do diagnóstico de pacientes que chegam às unidades com suspeita de terem contraído a doença, à medida que podem descartar etapas na investigação, quanto do ponto de vista logístico, já que em tese um número menor de pessoas procuraria os hospitais com sintomas de gripe, porquanto imunizadas;

CONSIDERANDO as etapas da campanha de vacinação que incluem: i) 1ª fase: a partir de 23 de março de 2020 a vacinação visando de pessoas idosas, trabalhadores de saúde e militares do Corpo de Bombeiros; ii) 2ª fase: inicia em 16 de abril de 2020, para professores de escolas públicas e privadas, profissionais da força de segurança e salvamento, portadores de doenças crônicas não transmissíveis e outras condições especiais, pessoas entre presos adultos e jovens de 12 a 21 anos de idade sob medidas socioeducativas, funcionários do sistema prisional; iii) 3ª fase: a partir de 09 de maio de 2020, destina-se a crianças de seis meses à menores de seis anos de idade, gestantes e puérperas, indígenas, adultos de 55 a 59 anos, e pessoas com deficiência;

CONSIDERANDO que, na primeira fase de vacinação, além de estarem incluídas as pessoas idosas, que estão no grupo de risco do vírus da Covid-19, estão os profissionais da saúde, agentes indispensáveis à manutenção e ao cuidado à vida da população, sobretudo em períodos de pandemias, como o que estamos a viver;

CONSIDERANDO que, em condições ordinárias de trabalhos e ações, a vacinação contra a influenza é realizada em Unidades Básicas de Saúde;

CONSIDERANDO que a necessidade de serem vacinados, somado ao desespero da população frente a pandemia do Covid-19, certamente acarretará um acúmulo de pessoas nos locais de vacinação (UBS's);

CONSIDERANDO que, para além dos grupos aos quais a vacinação é destinada, se farão presentes nas Unidades Básicas de Saúde os profissionais que nesses laboram, pacientes e acompanhantes, somando um número preocupante de pessoas em um mesmo ambiente com alto risco de contaminação;

CONSIDERANDO que, a redução da circulação e de aglomeração de pessoas é palavra de ordem, inclusive com orientações, recomendações e determinações de autoridades a níveis internacional, nacional, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que, segundo o art. 196 da Constituição Federal: *“a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”*;

CONSIDERANDO que, segundo o art. 200, II, da Constituição Federal, compete ao Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições, nos termos da lei, executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, entendidas como

<sup>8</sup> <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46449-campanha-de-vacinacao-contra-a-gripe-sera-antecipada>> acesso em março de 2020.

*“um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos”, nos termos do art. 6º, §2º da Lei n. 8080/90;*

CONSIDERANDO que, ainda nos termos da Lei n. 8080/1990 estabelece como um dos objetivos do SUS “a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas” (art. 5º, inciso III);

CONSIDERANDO que, para além das medidas já adotadas e recomendadas no âmbito da Comarca de Dourados/MS, são necessárias ações voltadas à expansão dos pontos de vacinação contra a influenza, a fim de que a atividade preventiva cumpra com sua finalidade sem colocar em risco a população;

CONSIDERANDO as ações e estratégias que serão adotadas pelos mais diversos Estados e Municípios brasileiros para evitar aglomerações em vacinação contra a influenza, conforme está sendo amplamente divulgado pela mídia<sup>9</sup>;

CONSIDERANDO que, entre as ações e estratégias adotadas por outros Entes Federativos e que merecem destaque, podendo ser aplicadas nesta Comarca de Dourados/MS, a realização da vacinação extramuro, por exemplo, em locais de convivência social (supermercados, centro de idosos, igrejas, escolas, tendas armadas para tais fins em pontos estratégicos, farmácias) e em locais abertos, amplos e ventilados; A utilização de unidades móveis da saúde; Agendamento das vacinações via sistema online e/ou telefone; e Organização de equipes para atendimentos domiciliares; Criação de pontos de vacinação, em comunhão à Agência Municipal de Transporte e Trânsito, ou equivalente, que funcionem na modalidade “drive thru” sem que o usuário necessite deixar o veículo em que está.

CONSIDERANDO que a Comarca de Dourados/MS conta 03 (três) entidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes (“Lar Ebenezer – Casa I”; “Lar Ebenezer – Casa II”; e “Lar Santa Rita”), e 02 (dois) Serviços de Família Acolhedora, sendo um em Dourados/MS e um em Laguna Carapã/MS; e

CONSIDERANDO, ainda, que, na Comarca de Dourados/MS há, em funcionamento, instituições de longa permanência para pessoas idosas, Asilo da Velhice Desamparada de Dourados/MS e Fraternidade de Aliança Toca de Assis, assim como a Residência Inclusiva Regionalizada de Dourados/MS para o atendimento de pessoas com deficiência;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de evitar prejuízos de maior monta e zelar pelo cumprimento da Recomendação Conjunta n. 02/2020, em sua integralidade;

RESOLVE, em nome da proteção das crianças, dos adolescentes, das pessoas idosas, das pessoas com deficiência, da cidadania, bem como do patrimônio público e social, em observância aos princípios da legalidade,

<sup>9</sup> “Coronavírus: Saúde cria estratégia para evitar aglomerações em vacinação contra gripe. A vacina não é eficaz no combate ao coronavírus, mas é fundamental para acelerar o processo de diagnóstico de Covid-19.” <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/coronavirus-saude-cria-estrategia-para-evitar-aglomeracoes-em-vacinacao-contra-gripe/>> acesso em março de 2020.

“Jundiá realiza vacinação exclusiva para idosos em 10 espaços públicos.” <<https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2020/03/20/jundiai-realiza-vacinacao-exclusiva-para-idosos-em-10-espacos-publicos/>> acesso em março de 2020.

“Recife usará escolas para campanha de vacinação da gripe Primeira fase começa nesta segunda-feira (23), tendo idosos e profissionais de saúde como público principal.” <<https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/vacinacao/2020/03/21/NWS.134322,70,698,NOTICIAS,2190-RECIFE-USARA-ESCOLAS-PARA-CAMPANHA-VACINACAO-GRIFE.aspx>> acesso em março de 2020.

“Vacinação contra gripe em Vitória vai acontecer em escolas para evitar aglomeração. Medida é pra evitar a propagação do coronavírus. Abertura de agendamentos on-line foi transferida para este sábado (21).” <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/03/20/vacinacao-contra-gripe-em-vitoria-vai-acontecer-em-escolas-para-evitar-aglomeracao.ghtml>> acesso em março de 2020.

“Prefeitura de Águas da Prata monta tenda para vacinação em idosos.” <<http://www.parabrisa.com.br/noticias?ler=23619>> acesso em março de 2020.

“Em 39 municípios de Goiás, idosos são mais de 20% da população - Jornal O Popular” <<https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/em-39-munic%C3%ADpios-de-go%C3%AAs-idosos-s%C3%A3o-mais-de-20-da-popula%C3%A7%C3%A3o-1.2019502>> acesso em março de 2020.

“Na Capital, vacinação contra gripe será em 10 tendas e farmácias

Os endereços dos locais de vacinação ainda não foram divulgados; campanha começa com idosos e profissionais da saúde na segunda.” <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/na-capital-vacinacao-contra-gripe-sera-em-10-tendas-e-farmacias>> acesso em março de 2020.

“Farmácias, supermercados e escolas vão auxiliar na vacinação contra a gripe Campanha começa nesta segunda-feira (23). Cada município deve buscar espaços para descentralizar a vacinação. Objetivo é evitar aglomerações e o contágio por coronavírus.” <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/03/20/interna\\_gerais,1130939/farmacias-supermercados-e-escolas-vo-auxiliar-na-vacinacao-contra-a-gripe.ghtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/03/20/interna_gerais,1130939/farmacias-supermercados-e-escolas-vo-auxiliar-na-vacinacao-contra-a-gripe.ghtml)> acesso em março de 2020.

“Vacina contra a gripe pelo SUS será aplicada em farmácias de Porto Alegre em idosos. Objetivo é evitar aglomeração, reduzindo o risco de contágio com o novo coronavírus. Vacinação será oferecida em 76 pontos da Capital. Campanha começa nesta segunda (23).” <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/03/20/vacina-contra-a-gripe-pelo-sus-sera-aplicada-em-farmacias-de-porto-alegre-em-idosos.ghtml>> acesso em março de 2020.

“SP faz acordo para farmácias privadas vacinarem contra a gripe gratuitamente

Público prioritário é formado por pessoas com 60 anos ou mais.” <<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/03/sp-faz-acordo-para-farmacias-privadas-vacinarem-contra-a-gripe-gratuitamente.shtml>> acesso em março de 2020.

“Campanha contra a gripe. Curitiba terá drive thru para a vacinação dos idosos” <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-tera-drive-thru-para-a-vacinacao-dos-idosos/55356>> acesso em março de 2020.

impessoalidade e moralidade, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, RECOMENDAR ao MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS, por sua Prefeita Municipal, ao MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ/MS, por seu Prefeito Municipal, às SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE DOURADOS/MS E DE LAGUNA CARAPÃ/MS, por seus respectivos Secretários Municipais de Saúde, e ao COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA, DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL, DECORRENTE DO CORONAVÍRUS – COVID 19 – DOURADOS/MS, por seu Presidente, que:

IMEDIATAMENTE, em prazo inferior a 48h (quarenta e oito horas), adote as medidas necessárias para ampliar o número de pontos de vacinação contra a influenza, traçando Plano de Ação para evitar, ao máximo, a circulação e aglomeração de pessoas, adotando estratégias como: a realização da vacinação extramuro, por exemplo, em locais de convivência social (supermercados, centro de idosos, igrejas, escolas, tendas armadas para tais fins em pontos estratégicos, farmácias, etc.) e em locais abertos, amplos e ventilados, visando evitar o contato próximo dos usuários (mantendo distância mínima de um metro e meio entre os usuários); A utilização de unidades móveis da saúde; Agendamento das vacinações via sistema online e/ou telefone; e Organização de equipes para atendimentos domiciliares; e Criação de pontos de vacinação, em comunhão à Agência Municipal de Transporte e Trânsito, ou equivalente, que funcionem na modalidade “*drive thru*”; sem que o usuário necessite deixar o veículo em que está;

• De acordo com as etapas da campanha de vacinação contra a influenza, atenda aos acolhidos e residentes, bem como os colaboradores e guardiões, das entidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes (“Lar Ebenezer – Casa I”; “Lar Ebenezer – Casa II”; e “Lar Santa Rita”), dos Serviços de Família Acolhedora, das instituições de longa permanência para pessoas idosas (Asilo da Velhice Desamparada de Dourados/MS e Fraternidade de Aliança Toca de Assis) e da Residência Inclusiva Regionalizada de Dourados/MS, nas próprias instituições e lares familiares, por meio de equipe de atendimento domiciliar, a fim de garantir, a essa parcela frágil da população, o necessário e devido atendimento de saúde sem comprometer a quarentena em isolamento social.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor, além das demais Recomendações já expedidas.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado (através do e-mail 17pjdourados@mpms.mp.br), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir do recebimento da presente, se as autoridades acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Por fim, ressalte-se que diante da urgência que o caso requer, aliado a situação enfrentada, e à Resolução n. 7/2020/PGJ, de 19.03.2020, a presente Recomendação – Complementar será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (e-mail e WhatsApp), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

No mesmo sentido, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, da Cidadania, da Infância e Juventude, da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, aos Poder Legislativo Municipal de Dourados/MS e Laguna Carapã/MS, ao Juízo da Infância e da Adolescência de Dourados/MS, e também, para publicação no DOMP/MS.

Dourados/MS, 21 de março de 2020.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça – 17ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça – 10ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça – 16ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS



**RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N. 002/2020 – COMPLEMENTAR – 3**

Procedimento Preparatório n. 06.2020.0000320-5

Requerente: Ministério Público Estadual

**RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N. 002/2020 – COMPLEMENTAR – 3**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do 10º Promotor de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão, do 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social e do 17º Promotor de Justiça de Defesa das Crianças, Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo art. 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu art. 5º que *“a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”*;

CONSIDERANDO que o art. 44 daquele mesmo ato dispõe que *“o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”*;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do detentor de cargo ou função pública desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que fora expedida, na data de 19 de março de 2020, no bojo do Procedimento Preparatório n. 06.2020.00000320-5/10PJ-DOS a Recomendação Conjunta n. 02/2020 que *“Recomenda a segmentos dos poderes públicos e municipais (Dourados/MS e Laguna Carapã/MS) diversas providências para enfrentamento da pandemia de COVID-19 (coronavírus)”*, e, nas datas de 20 e 21 de março de 2020, as Complementares n. 1 e n. 2, respectivamente;

CONSIDERANDO que segundo o art. 205 da Constituição Federal, *“a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”*;

CONSIDERANDO que a educação e alimentação são direitos fundamentais e sociais, conforme firmado no art. 6º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as disposições da Lei n. 9.394/90 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no sentido que: *“O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”* (art. 4º, VIII, LDB);

CONSIDERANDO que, no dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS decretou situação de *“emergência de saúde pública de importância internacional”* e, em seguida, no dia 11 de março de 2020, declarou a pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO que o novo *Coronavírus* (COVID-19, CID 10: B34.2) é uma doença viral, altamente contagiosa, que provoca, inicialmente, sintomas de resfriado, podendo causar manifestações graves como a *Síndrome Respiratória Aguda Grave* e *Síndrome Respiratória do Oriente Médio*;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, no dia 03 de fevereiro de 2020, por meio da Portaria GM/MS nº

188/2020<sup>10</sup>, declarou “*emergência em saúde pública de importância nacional*”, em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus, à vista que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde elaborou o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Coronavírus COVID-19<sup>11</sup>, situando o Brasil, no momento, no nível de reposta 3: “*emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN)*”;

CONSIDERANDO que os estados e municípios vêm elaborando seus planos de contingência locais, inclusive acatando recomendações expedidas pelo MPMS;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n. 15.393, de 17 de março de 2020, que suspendeu as aulas na rede pública estadual de ensino no período de 23/03 a 06/04/2020, orientando as redes públicas municipais e as instituições privadas a fazerem o mesmo;

CONSIDERANDO que o Município de Dourados/MS, por sua Prefeita Municipal, pelo Decreto n. 2.463, de 16 de março de 2020, decretou que “*ficam suspensas as aulas na Rede Municipal de Ensino a partir do dia 18 de março de 2020, por prazo indeterminado, até ulterior manifestação do Comitê de Gerenciamento.*” e que as unidades permaneceriam abertas até o dia 20 de março para orientação dos pais (art. 2º), mas nada pronunciou sobre a distribuição de refeições aos alunos;

CONSIDERANDO que o Município de Laguna Carapã/MS, por seu Prefeito Municipal, publicou o Decreto n. 077, de 18 de março de 2020 e o Decreto n. 079, de 18 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus-COVID-19, adotando providências para conter a disseminação do vírus, dentre as quais a suspensão das aulas presenciais em todas as unidades escolares e no Centro de Educação Infantil, no período de 23 de março a 08 de abril de 2020, sem previsão específica para a temática relacionada ao acesso dos alunos da rede pública municipal de ensino às refeições;

CONSIDERANDO que o art. 227 da Constituição Federal e o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente garantem a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, direitos fundamentais, assegurando-lhe primazia em receber proteção e socorro, precedência no atendimento nos serviços públicos, preferência na formulação de políticas e destinação privilegiada de recursos para sua proteção;

CONSIDERANDO que quando ameaçados ou violados os direitos das crianças e dos adolescentes, devem ser aplicadas medidas de proteção pautadas nos princípios da condição de sujeitos de direito, da proteção integral e prioritária, da responsabilidade primária e solidária do poder público, do superior interesse, da intervenção precoce, da intervenção mínima, da proporcionalidade, da atualidade e da obrigatoriedade da informação (art. 98 e seguintes do ECA);

CONSIDERANDO que é de conhecimento público e notório que a alimentação escolar é essencial aos alunos, configurando a principal refeição de parcela dos discentes e que, aparentemente, ficará prejudicada durante suspensão das aulas;

CONSIDERANDO que muitas famílias contam com a refeição que as crianças e os adolescentes fazem na unidade escolar para a nutrição mínima diária, não tendo como arcar com o aumento desta despesa no período em que eles permanecerão em casa;

CONSIDERANDO que muitos pais/responsáveis exercem atividade laborativa sem formalidade e não têm dentro de seus núcleos de apoio familiar pessoas, fora do grupo de maior risco epidemiológico de COVID-19, para que possam deixar as crianças e adolescentes que estejam sob sua responsabilidade, e que por esta razão terão perda econômica significativa, que poderá gerar reflexos na economia e na subsistência da família;

CONSIDERANDO que a situação demanda a adoção urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

<sup>10</sup> Portaria GM/MS nº 188/2020 - Ministério da Saúde <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>> acesso em março de 2020.

<sup>11</sup> Plano Nacional/Coronavírus - Ministério da Saúde: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/plano-contingencia-coronavirus-COVID19.pdf>> acesso em março de 2020.

CONSIDERANDO que a eleição da solidariedade como objetivo principiológico fundamental de direito<sup>12</sup> está a exigir do cidadão a prática de comportamento colaborador com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades públicas voltadas à tutela do próximo<sup>13</sup>;

CONSIDERANDO que alimentar é um ato de amor, afeto, solidariedade e humanidade, que não só nutre o corpo, mas também acalenta o coração, principalmente dos mais necessitados;

CONSIDERANDO que a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina garantiu<sup>14</sup> que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) continuará normalmente, mesmo com a pandemia de coronavírus e a suspensão das aulas nas escolas;

CONSIDERANDO que em outros Estados e Municípios Brasileiros, a merenda escolar segue sendo distribuída para alunos das Redes Públicas de Ensino, conforme está sendo divulgado pela mídia<sup>15</sup>;

CONSIDERANDO que, especificamente, o Município de Dourados/MS, teve, ainda durante o ano de 2019, suspensas licitações abertas para a aquisição de gêneros alimentícios em geral, objetivando atender as escolas municipais e Centros de Educação Infantil - CEIM's, pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS);

CONSIDERANDO que, o Decreto n. 2.477, de 20 de março de 2020, "*Declara situação de emergência no Município de Dourados e define medidas de enfrentamento da epidemia do Coronavírus – COVID 19.*";

CONSIDERANDO a TOTAL EXCEPCIONALIDADE DO CASO QUE EXIGE UMA POSTURA DIFERENCIADA E EMERGENCIAL PELO PODER PÚBLICO;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de evitar prejuízos de maior monta e zelar pelo cumprimento da Recomendação Conjunta n. 02/2020, em sua integralidade;

RESOLVE, em nome da proteção das crianças, dos adolescentes, da cidadania, bem como do patrimônio público e social, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, RECOMENDAR ao MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS, por sua Prefeita Municipal, ao MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÁ/MS, por seu Prefeito Municipal, às SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE DOURADOS/MS E DE LAGUNA CARAPÁ/MS, por seus respectivos Secretários Municipais de Educação, e ao COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA, DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL, DECORRENTE DO CORONAVÍRUS – COVID 19 – DOURADOS/MS, por seu Presidente, que:

1) durante o período de suspensão das aulas em decorrência da pandemia pelo COVID-19, seja fornecida alimentação (kit merenda) aos alunos que necessitarem, em especial àqueles pertencentes às famílias cadastradas no Bolsa Família e Cadastro Único do Governo Federal, devidamente elencadas e convocadas por telefone ou meio eletrônico pela direção da escola, retomando o fornecimento da alimentação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

2) tal distribuição (item n. 1) deverá ser realizada de maneira a evitar aglomerações, da forma mais conveniente para a Administração Pública, sugerindo-se para tanto a adoção, entre outras estratégias: a) contato prévio estabelecido pelos diretores de escola com os pais dos alunos a serem beneficiados (evitando que os pais ou responsáveis procurem a escola antes de serem contatados); b) agendamento de horário para retirada dos kits (evitando filas e aglomerações); c) consumo fora das escolas; e d) a retirada por apenas um representante por família;

<sup>12</sup> Artigo 3º, III, da Constituição Federal.

<sup>13</sup> Nesse sentido a lição de EDSON LUIZ FACHIN: "*A tendência social revela aos titulares de direitos subjetivos sensível horizonte diverso. Trata-se do exercício da solidariedade social, e esta – como bem disse o Professor Orlando de Carvalho – não se capta com esquemas jurídicos: constrói-se na vida social e econômica*" (in Teoria Crítica do Direito Civil, Rio de Janeiro, Editora Renovar, 2000, página 331). O mesmo sentido se extrai da seguinte lição de CRISTIANO CHAVES DE FARIAS e NELSON ROSENVALD: "*Já é tempo de reconhecer que a autonomia privada não pode implicar na violação das garantias fundamentais que materializam a própria dignidade humana. Não se pode, pois, tolerar que uma parte venha, através de contratos e negócios em geral, atentar contra as garantias básicas da outra*" (in Curso de Direito Civil, Parte Geral e LINDB, 1º volume, 14ª edição, Editora Juspodium, página 73)

<sup>14</sup> "Programa Nacional de Alimentação Escolar segue normalmente, diz ministra" <<https://www.istoedinheiro.com.br/programa-nacional-de-alimentacao-escolar-segue-normalmente-diz-ministra/>> acesso em março de 2020.

"Merenda escolar está sendo distribuída mesmo com a suspensão das aulas" <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/03/merenda-escolar-esta-sendo-distribuida-mesmo-com-a-suspensao-das-aulas>> acesso em março de 2020.

<sup>15</sup> "Merenda escolar será distribuída em kits para alunos da rede pública de Fortaleza, diz prefeitura. As aulas foram suspensas no início da semana para conter o avanço do coronavírus. O kit será feito para durar vários dias e com entrega aos pais em diferentes horários." <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/03/18/merenda-escolar-sera-distribuida-em-kits-para-alunos-da-rede-publica-de-fortaleza-diz-prefeitura.ghml>> acesso em março de 2020.

"Seduc garante distribuição diária de merenda em período sem aulas." <<https://agenciapara.com.br/noticia/18483/>> acesso em março de 2020.

- 3) seja vedada a venda ou a destinação para finalidade diferenciada dos bens ofertados, devendo os representantes dos alunos serem advertidos sobre isso no ato em que retirarem as refeições;
- 4) promovam o controle efetivo da entrega da alimentação, no qual deverá constar o dia, local, o nome completo do aluno contemplado e a assinatura de seu responsável, a fim de assegurar a regularidade e lisura do fornecimento;
- 5) em relação aos alimentos perecíveis que excederem àqueles distribuídos, sejam eles entregues às famílias dos estudantes de baixa renda que residam no entorno da instituição de ensino;
- 6) não seja utilizada tal distribuição para promoção pessoal de agente público ou político, sob pena de reconhecimento de prática de ato de improbidade administrativa, tipificado no artigo 11 da Lei n. 8.429/92;
- 7) adotem todas as medidas legais, jurídicas e administrativas necessárias para a aquisição de alimentos e insumos necessários a composição e distribuição dos kits merenda, obedecendo-se, irrestritamente, os preceitos que regem a administração pública insculpidos no art. 37, da Constituição Federal;
- 8) oportunamente, comuniquem o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) acerca das medidas adotadas procedimental e financeiramente para o cumprimento da presente recomendação, tendo em vista as circunstâncias fáticas vivenciadas.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor, além das demais Recomendações já expedidas.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado (através dos endereços de e-mail: [10pjdourados@mpms.mp.br](mailto:10pjdourados@mpms.mp.br); [16pjdourados@mpms.mp.br](mailto:16pjdourados@mpms.mp.br) e [17pjdourados@mpms.mp.br](mailto:17pjdourados@mpms.mp.br)), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da presente, se as autoridades acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Por fim, ressalte-se que diante da urgência que o caso requer, aliado a situação enfrentada, e à Resolução n. 7/2020/PJG, de 19.03.2020, a presente Recomendação – Complementar será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (e-mail e WhatsApp), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

No mesmo sentido, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, da Cidadania, da Infância e Juventude, ao Poder Legislativo Municipal de Dourados/MS e de Laguna Carapã/MS, ao Juízo da Infância e da Adolescência de Dourados/MS, e também, para publicação no DOMP/MS.

Dourados/MS, 24 de março de 2020.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça – 10ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça – 16ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça – 17ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**AMAMBAI**

---

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2020.00001272-6**

Edital 0001/2020/03PJ/AMB

A 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Amambai - MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n. 09.2020.00001272-6, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4.601, centro, nesta Cidade e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual no endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n. 09.2020.00001272-6.

Fiscalizado (s): Município de Amambai/MS

Secretaria Municipal de Saúde de Amambai/MS

Objeto: Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Municipal de Saúde de Amambai para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV); bem como se estas atendem às diretrizes, protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde.

Amambai/MS, 23 de março de 2020.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça

---

**APARECIDA DO TABOADO**

---

**EDITAL Nº 001/1ªPJ/2020**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Procedimento Administrativo nº. 09.2020.00001284-8

Requerente: Ministério Público Estadual

*Assunto:* Acompanhar as ações do Poder Público e fornecedores no Município de Aparecida do Taboado no tocante aos direitos dos consumidores durante a Pandemia de COVID-19. Aparecida do Taboado/MS, 19 de março de 2020.

OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO

Promotor de Justiça

**RECOMENDAÇÃO Nº 01/2020**

Inquérito Civil nº 09.2020.00001284-8

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Interessados: Município de Aparecida do Taboado e Câmara Municipal

**RECOMENDAÇÃO Nº 01/2020**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça do Consumidor da Comarca de Aparecida do Taboado - MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos III e IX, ambos da Constituição Federal; artigo 132, incisos III e VI, ambos da Constituição Estadual; artigo 26, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante o previsto no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, expedir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens, cuja defesa lhe cabe promover;

CONSIDERANDO que o artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal atribui ao Estado a promoção da defesa do consumidor;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a Pandemia de COVID-19, doença causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2);

CONSIDERANDO que a Pandemia ocasionada pelo COVID-19 (coronavírus) vem afetando de forma exponencial o Brasil, havendo movimento generalizado para reduzir o número de pessoas contaminadas e não criar um colapso no sistema de saúde, evitando-se, assim, alto índice de mortalidade;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos e as autoridades políticas, judiciais e sanitárias vêm adotando posturas ativas para evitar a circulação de pessoas;

CONSIDERANDO que, conforme as pessoas se mantêm em suas residências, aumenta-se o consumo de alguns produtos, notadamente os alimentícios e de primeira necessidade;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 018, de 22 de março de 2020, declarou situação de emergência no âmbito da Saúde Pública do Município de Aparecida do Taboado em função do risco de surto do COVID-19 (Coronavírus), restringindo o modo de funcionamento dos estabelecimentos comerciais;

CONSIDERANDO que tal medida poderá ensejar a estocagem de produtos básicos e de primeira necessidade por algumas pessoas, afetando o abastecimento e fomentando a escassez de gêneros;

CONSIDERANDO que, em tempos excepcionais como o vivenciado, algumas pessoas tendem a se aproveitar da situação de calamidade e aumentar injustificadamente os preços, independente de fatores econômicos ou financeiros;

CONSIDERANDO que o aumento de preços injustificado é ato lesivo ao Consumidor, estabelecido no artigo 39, inciso X, do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO que em situações emergenciais há necessidade de engajamento de ações pelo Poder Público e também dos setores privados, a fim de coibirem tais práticas;

CONSIDERANDO que a regulação em regime de “*compliance*”, com a participação dos gestores públicos e dos comerciantes como um todo, ajudará a minimizar os riscos sociais advindos de desabastecimento;

Resolve, em defesa do consumidor, RECOMENDAR ao Município de Aparecida do Taboado e à Câmara Municipal de Aparecida do Taboado, que:

1. Editem atos normativos em caráter de urgência e emergência que regulem, no âmbito municipal, a limitação de quantidade de bens de primeira necessidade possíveis de serem comprados por cada pessoa (sugerindo-se a quantidade de 05 itens por pessoa). São itens de primeira necessidade aqueles descritos de forma exemplificativa no artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 1521/51 (Lei da Economia Popular);

2. Informem a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar a ciência desta recomendação, as medidas adotadas, preferencialmente pelo *e-mail* 1pjpaparecidataboado@mpms.mp.br;

Para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público.

Em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução nº 15/2007/PJ, requisito ao Poder Executivo e Legislativo Municipal a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no Diário Oficial do Município.

Encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Consumidor, para conhecimento.

Aparecida do Taboado/MS, 23 de março de 2020.

OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO  
Promotor de Justiça

## RECOMENDAÇÃO Nº 02/2020

Inquérito Civil nº 09.2020.00001284-8

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Interessados: Fornecedores do Município de Aparecida do Taboado

## RECOMENDAÇÃO Nº 02/2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça do Consumidor da Comarca de Aparecida do Taboado - MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos III e IX, ambos da Constituição Federal; artigo 132, incisos III e VI, ambos da Constituição Estadual; artigo 26, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante o previsto no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, expedir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens, cuja defesa lhe cabe promover;

CONSIDERANDO que o artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal atribui ao Estado a promoção da defesa do consumidor;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a Pandemia de COVID-19, doença causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2);

CONSIDERANDO que as notícias veiculadas na mídia dão conta de que fornecedores, especialmente farmácias/drogarias e estabelecimentos de venda de artigos hospitalares, aproveitando-se da disseminação da doença no Brasil, elevaram os preços de alguns de seus produtos, sobretudo álcool em gel, máscaras cirúrgicas e máscaras descartáveis elásticas, a patamares exorbitantes;

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 4º, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor, *"a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito a sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, tendo, como um de seus princípios, a coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo (...)"*;

CONSIDERANDO que é direito básico do consumidor a educação e a proteção contra métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços (art. 6º, IV, CDC);

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor considera prática abusiva a elevação, sem justa causa, do preço de produtos ou serviços (art. 39, X, CDC);

CONSIDERANDO que são nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que *"estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade"*, bem como as que *"permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral"* (art. 51, IV e X, CDC);

CONSIDERANDO que o aumento arbitrário de lucro e a imposição de preços excessivos são, independentemente de culpa, infrações à ordem econômica, previstas no artigo 36, inciso III, da Lei nº 12.529/11;

CONSIDERANDO que tais atos abusivos caracterizam infrações ao Código de Defesa do Consumidor, podendo o fornecedor incorrer, conforme o caso, nas mais diversas sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas, a saber: I - multa; II - apreensão de produto; III - inutilização do produto; VI - suspensão do fornecimento de produtos ou serviços; VII - suspensão temporária da atividade; VIII - revogação de concessão ou permissão de uso; IX - cassação de licença do estabelecimento ou de atividade; X - interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade; XI - intervenção administrativa;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 1.521/1951, sobre crimes contra a economia popular, especialmente em seu artigo 3º: *"São também crimes desta natureza: VI - provocar a alta ou baixa de preços de mercadorias, títulos públicos, valores ou salários por meio de notícias falsas, operações fictícias ou qualquer outro artifício"*;

Resolve, em defesa do consumidor, RECOMENDAR:

a) a todos os fornecedores, especialmente os fabricantes, as farmácias/drogarias, os estabelecimentos de venda de artigos hospitalares e os mercados e supermercados dos Municípios de Aparecida do Taboado a NÃO REALIZAREM AUMENTO ARBITRÁRIO DE PREÇOS DE PRODUTOS VOLTADOS À PREVENÇÃO/PROTEÇÃO E COMBATE CONTRA O CORONAVÍRUS, SOBRETUDO ÁLCOOL EM GEL, MÁSCARAS CIRÚRGICAS E MÁSCARAS DESCARTÁVEIS ELÁSTICAS, assim entendido como aumentos sem fundamento no custo de aquisição, ou, caso já tenham elevado os preços, que retornem aos valores anteriores;

b) ao PROCON do Município, assim como à Vigilância Sanitária Estadual e à Vigilância Sanitária Municipal, a realizarem LEVANTAMENTO E ATOS FISCALIZATÓRIOS, NO SENTIDO DE INIBIR A PRÁTICA CITADA, bem como que, sem prejuízo da medida administrativa aplicável, comuniquem ao Ministério Público (pelo e-mail [1pjaparecidataboado@mpms.mp.br](mailto:1pjaparecidataboado@mpms.mp.br)) quaisquer violações que importem em aumento arbitrário de preço, nos termos da presente recomendação.

Para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente recomendação para publicação de seu



inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público, bem como encaminhe, via *e-mail* ou *WhatsApp*, às rádios locais.

Encaminhem-se cópia desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Consumidor, para conhecimento.

Aparecida do Taboado/MS, 23 de março de 2020.

OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO

Promotor de Justiça

#### **EDITAL 0009/2020/02PJ/CRP**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001294-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Municípios de Caarapó-MS e Juti-MS.

Assunto: Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Municipal de Saúde de Caarapó/MS para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (COVID-19); bem como se estas atendem às diretrizes, protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde.

Caarapó-MS, 24 de março de 2020.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

#### **RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2020/02PJ/CRP**

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001294-8

Requerente: Ministério Público Estadual

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelas Promotorias de Justiça de proteção dos direitos constitucionais do cidadão, dos direitos humanos e do patrimônio público e social da Comarca de Caarapó/MS, no exercício das atribuições previstas no artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994; e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PJ, de 27 de novembro de 2007; e

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o disposto no artigo 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, no que tange ao Município de Caarapó, observou-se a ineficiência do Decreto Municipal nº 026, de 17 de março de 2020, bem como do Decreto Municipal nº 27, de 23 de março de 2020, na medida em que suas disposições não contemplam a íntegra das medidas que deveriam ser adotadas pelo executivo municipal visando evitar situações de aglomeração, tão prejudiciais a saúde coletiva nesse momento;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 27, de 23 de março de 2020, em seu art. 7º, determinou que o comércio em geral funcionará das 12:00 h às 18:00 h, atividade essa que não se mostra essencial no contexto atual;

CONSIDERANDO que, diante das circunstâncias apresentadas, a omissão municipal pode acarretar prejuízos imensuráveis à coletividade, notadamente se considerado que a medida pode fomentar o deslocamento da população de toda região para o Município de Caarapó/MS, aumentando os riscos de contágio coletivo pelo Covid-19, já que nos municípios vizinhos foi determinado o fechamento do comércio em geral (como em Dourados/MS e Amambaí/MS), excetuados aqueles que por sua natureza se mostram essenciais;

CONSIDERANDO que a ausência de adoção das medidas vindicadas demonstra a irresponsabilidade da gestão municipal, com reflexos negativos inenarráveis, contrariando todas as orientações nacionais e da Organização Municipal da Saúde;

CONSIDERANDO, a esse respeito que, conforme o disposto no art. 268, do Código Penal, é crime punido com pena de detenção de um mês a um ano, e multa *"infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa"*;

CONSIDERANDO, portanto, que a manutenção da situação posta pode sujeitar a Chefe do Poder Executivo, inclusive, a sanções criminais, sem prejuízo da responsabilização por ato de improbidade administrativa, decorrente da violação aos princípios que regem a administração pública, notadamente os da legalidade e eficiência;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de evitar prejuízos de maior monta;

RESOLVE, em defesa da cidadania e saúde pública, também em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade RECOMENDAR, ao Prefeito Municipal de Caarapó/MS, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, e para salvaguardar a saúde da comunidade, que:

a) IMEDIATAMENTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, adote, por Decreto, medidas concretas visando proibir o funcionamento ao público de toda e qualquer atividade não essencial com potencial para a circulação de pessoas no Município de Caarapó/MS, notadamente o comércio em geral, como lojas, centros comerciais, salões de beleza, cartórios de registro público, escritórios, vendedores ambulantes que ficam nas ruas, academias, boates, bares e conveniências de bebidas, excetuados os restaurantes e locais de venda de alimentos que poderão realizar apenas os serviços de entrega de mercadorias (*delivery*), vedando-se o consumo no local, bem como aqueles estabelecimentos que por sua natureza se mostram essenciais à população, como estabelecimentos de saúde, farmácias, laboratórios, funerárias, supermercados, mercados, açougues, peixarias, padarias, quitandas, lojas de venda de alimentação para animais, revendedores de gás, postos de combustíveis, veículos de comunicação, durante o prazo mínimo de 15 (quinze) dias;

Adverte-se ao destinatário que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, nos termos supra fundamentados.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado (por meio do e-mail [pjcaarapo@mpms.mp.br](mailto:pjcaarapo@mpms.mp.br)), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Por fim, ressalte-se que diante da urgência que o caso requer, aliado a situação enfrentada, a presente recomendação será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (e-mail e whatsapp), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

No mesmo sentido, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça Direitos Constitucionais do Cidadão e Direitos Humanos, ao Poder Legislativo Municipal, e também, para publicação no DOMP/MS.

Caarapó/MS, 24 de março de 2020.

ARTHUR DIAS JÚNIOR,  
Promotor de Justiça

FERNANDA ROTTILI DIAS  
Promotora de Justiça

#### **RECOMENDAÇÃO Nº 0002/2020/02PJ/CRP**

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001294-8

Requerente: Ministério Público Estadual

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelas Promotorias de Justiça de proteção dos direitos constitucionais do cidadão, dos direitos humanos e do patrimônio público e social da Comarca de Caarapó/MS, no exercício das atribuições previstas no artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994; e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ, de 27 de novembro de 2007; e

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que *“a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”*;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o disposto no artigo 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, no que tange ao Município de Juti/MS, observou-se a ineficiência do Decreto Municipal nº 013, de 23 de março de 2020, na medida em que suas disposições não contemplam a íntegra das medidas que deveriam ser adotadas pelo executivo municipal visando evitar situações de aglomeração, tão prejudiciais à saúde coletiva nesse momento;

CONSIDERANDO, que o Decreto Municipal nº 013, de 23 de março de 2020, em seu art. 1º, inciso III, determinou que o comércio em geral funcionará das 12:00 h às 18:00 h, atividade essa que não se mostra essencial no contexto atual;

CONSIDERANDO que, diante das circunstâncias apresentadas, a omissão municipal pode acarretar prejuízos imensuráveis à coletividade, notadamente se considerado que a medida pode fomentar o deslocamento da população de toda região para o Município de Juti/MS, aumentando os riscos de contágio coletivo pelo Covid-19, já que nos municípios vizinhos foi determinado o fechamento do comércio em geral (como em Dourados/MS e Amambai/MS), excetuados

aqueles que por sua natureza se mostram essenciais;

CONSIDERANDO que a ausência de adoção das medidas vindicadas demonstra a irresponsabilidade da gestão municipal, com reflexos negativos inenarráveis, contrariando todas as orientações nacionais e da Organização Municipal da Saúde;

CONSIDERANDO, a esse respeito que, conforme o disposto no art. 268, do Código Penal, é crime punido com pena de detenção de um mês a um ano, e multa *"infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa"*;

CONSIDERANDO, portanto, que a manutenção da situação posta pode sujeitar a Chefe do Poder Executivo, inclusive, a sanções criminais, sem prejuízo da responsabilização por ato de improbidade administrativa, decorrente da violação aos princípios que regem a administração pública, notadamente os da legalidade e eficiência;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de evitar prejuízos de maior monta;

RESOLVE, em defesa da cidadania e saúde pública, também em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade RECOMENDAR, à Prefeita Municipal de Juti/MS, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, e para salvaguardar a saúde da comunidade, que:

a) IMEDIATAMENTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, adote, por Decreto, medidas concretas visando proibir o funcionamento ao público de toda e qualquer atividade não essencial com potencial para a circulação de pessoas no Município de Juti/MS, notadamente o comércio em geral, como lojas, centros comerciais, salões de beleza, cartórios de registro público, escritórios, vendedores ambulantes que ficam nas ruas, academias, boates, bares e conveniências de bebidas, excetuados os restaurantes e locais de venda de alimentos que poderão realizar apenas os serviços de entrega de mercadorias (*delivery*), vedando-se o consumo no local, bem como aqueles estabelecimentos que por sua natureza se mostram essenciais à população, como estabelecimentos de saúde, farmácias, laboratórios, funerárias, supermercados, mercados, açougues, peixarias, padarias, quitandas, lojas de venda de alimentação para animais, revendedores de gás, postos de combustíveis, veículos de comunicação, durante o prazo mínimo de 15 (quinze) dias;

Adverte-se à destinatária que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, nos termos supra fundamentados.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado (por meio do e-mail [pjcaarapo@mpms.mp.br](mailto:pjcaarapo@mpms.mp.br)), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Por fim, ressalte-se que diante da urgência que o caso requer, aliado a situação enfrentada, a presente recomendação será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (e-mail e whatsapp), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

No mesmo sentido, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça Direitos Constitucionais do Cidadão e Direitos Humanos, ao Poder Legislativo Municipal, e também, para publicação no DOMP/MS.

Caarapó/MS, 24 de março de 2020.

ARTHUR DIAS JÚNIOR,  
Promotor de Justiça

FERNANDA ROTTILI DIAS  
Promotora de Justiça

---

**FÁTIMA DO SUL**

---

**EDITAL Nº. 02/2020**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a instauração do autos de Procedimento Preparatório n. 06.2020.00001341-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório n. 06.2020.00001341-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Café Coimbra Ltda.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades praticadas pela empresa denominada “Café Coimbra”.

Fátima do Sul-MS, 18 de março de 2020.

RODRIGO CINTRA FRANCO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

---

**MIRANDA**

---

**EDITAL Nº 009/2020**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001277-0

Requerente: Ministério da Público Estadual- 2ª Promotoria de Justiça

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Bodoquena-

Assunto: Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Municipal de Saúde de Bodoquena-MS para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV); bem como se estas atendem às diretrizes, protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pela Portaria GM n. 188, de 03/02/2020.

**PORTARIA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Saúde Pública, no uso das atribuições legais e constitucionais e,

CONSIDERANDO que a Resolução 005/CPI/2012, de 13 de setembro de 2012, autorizou a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não, de instituições e de políticas públicas e demais procedimentos não sujeitos a inquérito civil;

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6.º da Lei 8.080/90, está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, a qual se entende como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes

de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º, VII, da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;

CONSIDERANDO ser atribuição desta 2ª Promotoria de Justiça fiscalizar o cumprimento da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, notadamente, a execução dos serviços públicos de saúde e as execuções das atividades de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e de assistência terapêutica e farmacêutica conforme disposições constantes da Resolução-PGJ n. 018/2010, de 09/09/2010, podendo, no exercício dessa função fiscalizatória, requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde;

CONSIDERANDO a Declaração de EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL (ESPII) pela Organização Mundial da Saúde em 30/01/2020, em virtude do surto do novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria GM n. 188, de 03/02/2020, pela qual o Ministério da Saúde declarou a situação de EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), haja vista que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública; bem como exige resposta coordenada das ações de saúde de competência da vigilância e atenção à saúde, entre as três esferas da gestão do SUS;

CONSIDERANDO que, conforme dados divulgados pelo Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, no Estado de Mato Grosso do Sul foram confirmados 21 casos de coronavírus 2019<sup>16</sup>;

CONSIDERANDO que, para o enfrentamento da situação de emergência Mundial e Nacional, o Ministério da Saúde estabeleceu o “Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE-nCoV)” como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional; competindo-lhe, dentre outros, “planejar, coordenar e controlar as medidas a serem empregadas durante a ESPIN, nos termos das diretrizes fixadas pelo Ministério da Saúde”, e bem assim, “articular-se com os gestores estaduais, distritais e municipais do SUS”;

CONSIDERANDO que a Lei n. 13.979/2020 determina ser “obrigatório o compartilhamento entre órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal de dados essenciais à identificação de pessoas infectadas ou com suspeita de infecção pelo coronavírus, com a finalidade exclusiva de evitar a sua propagação”; estendendo-se “às pessoas jurídicas de direito privado quando os dados forem solicitados por autoridade sanitária”;

CONSIDERANDO a NOTA TÉCNICA Nº 04/2020 GVIMS/GGTES/ANVISA, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com as orientações para serviços de saúde acerca das medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (2019- nCoV); estabelecendo ainda, que “todos os serviços de saúde devem designar pessoas específicas que ficarão responsáveis pela comunicação e colaboração com as autoridades de saúde pública”;

CONSIDERANDO a NOTA TÉCNICA Nº 08/2020/SEI/ GIMTV/GGPAF/DIRE5/ANVISA, de 1º/02/2020, que dispõe sobre as medidas sanitárias a serem adotadas em pontos de entrada, tais como portos e aeroportos, frente aos casos do novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO que, por meio da Resolução n. 02/SES/MS publicada no dia 31/01/2020, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) instituiu o “CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA (COE/MS) EM MATO GROSSO DO SUL referente ao Novo Coronavírus (nCoV)”, com o objetivo de auxiliar na definição de diretrizes estaduais para vigilância, prevenção e controle, bem como o acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pelas Secretarias de Estado e instituições envolvidas;

<sup>16</sup><https://www.vs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/BOLETIM-CORONAVIRUS-22-03-2020-1-1.pdf>

CONSIDERANDO que, conforme a Resolução, esse Centro de Operações de Emergência (COE/MS) é responsável por elaborar os fluxogramas de responsabilidades e atividades necessárias para desencadear a resposta ao nCoV; além de coordenar e executar as ações da saúde no âmbito estadual junto aos demais grupos/comissões/comitês/câmaras que atuam em situação emergencial relacionados ao nCoV; e “será composto por membros da Secretaria de Estado de Saúde (SES), envolvidos em eventos de importância nacional, estadual e/ou municipal na emergência do NOVO CORONA VÍRUS (nCoV)”;

CONSIDERANDO que, conforme orientações no portal oficial do Ministério da Saúde, "os casos graves devem ser encaminhados a um Hospital de Referência definido pelo Estado para isolamento e tratamento", enquanto que "os casos leves devem ser acompanhados pela Atenção Primária em Saúde (APS) e instituídas medidas de precaução domiciliar"<sup>17</sup>;

CONSIDERANDO que, conforme mapa interativo <sup>2</sup> do portal do Ministério da Saúde, no âmbito de Mato Grosso do Sul, o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian/HUMAP é o hospital de referência estadual para o atendimento de eventuais casos graves do novo coronavírus, com tratamento e isolamento do paciente;

CONSIDERANDO que, diante do exposto, impõe-se a esta Promotoria de Justiça o acompanhamento das fiscalizações e demais medidas administrativas deflagradas pela Gestão Estadual de Saúde e Gestão Municipal de Saúde para resposta à situação de risco à saúde pública;

INSTAURO o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO tendo como:

REQUERENTE: Ministério da Público Estadual- 2ª Promotoria de Justiça.

REQUERIDOS: Secretaria Municipal de Saúde de Bodoquena-MS

OBJETO: Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Municipal de Saúde de Bodoquena-MS para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV); bem como se estas atendem às diretrizes, protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pela Portaria GM n. 188, de 03/02/2020.

Para secretariar os trabalhos, designo o servidor PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA, Técnico I do Ministério Público Estadual, a quem determino a adoção das seguintes providências:

- 1- Registre e autue o competente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, juntamente com os documentos que o instruem;
- 2- Encaminhe, COM URGÊNCIA, a presente Portaria para publicação no Diário Oficial do MP/MS;
- 3- Expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Saúde, em caráter de urgência, instruído com cópia desta Portaria, com a finalidade de:

- Encaminhar cópia da Portaria para conhecimento acerca da instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001277-0, instaurado nesta 2ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública, que tem por objeto: “ Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Municipal de Saúde de Bodoquena-MS para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV); bem como se estas atendem às diretrizes, protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pela Portaria GM n. 188, de 03/02/2020”;

- Informar que o andamento do referido procedimento administrativo poderá ser acompanhado, caso assim tenha interesse, pelo portal do Ministério Público de Mato Grosso do Sul ([indicar link](#));

Solicitar, no prazo de 05 (cinco) dias, considerando a situação emergencial de risco à saúde pública objeto deste procedimento, que apresente as seguintes informações e documentos:

c.1) Informe e comprove as medidas adotadas, no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Bodoquena-MS para vigilância, prevenção e controle relacionados ao novo Coronavírus (nCov 2019), em conformidade com as diretrizes, protocolos, normativas e orientações do Ministério da Saúde/ANVISA atualizados e da Secretaria de Estado de Saúde;

<sup>17</sup> <https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/coronavirus>

<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46257-mapa-hospitais-referencia-novo-coronavirus>

c.2) Informe se foram realizadas as capacitações dos servidores/profissionais da Rede Municipal de Saúde, para cumprimento das orientações/normativas do Ministério da Saúde/ANVISA voltadas ao enfrentamento do novo Coronavírus;

c.3) Tendo em vista que as unidades de saúde da Atenção Básica e as Unidades de Pronto Atendimento/Centros Regionais de Saúde são as principais portas de entrada do SUS, informe as medidas adotadas para a detecção do vírus, acompanhamento de sua manifestação e controle de sua transmissão nas unidades de saúde municipais, em conformidade com as orientações/normativas do Ministério da Saúde/ANVISA para o enfrentamento do novo Coronavírus;

c.4) Informe as medidas adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde para garantir a disponibilização de materiais e equipamentos de proteção individual aos profissionais da Rede Municipal de Saúde, para o atendimento aos eventuais casos suspeitos de nCoV, como previsto nas orientações/normativas do Ministério da Saúde/ANVISA;

c.5) Informe e comprove como foi estabelecido, na Rede Municipal de Saúde de Bodoquena-MS, o fluxo de paciente com suspeita de infecção pelo nCoV, para o devido encaminhamento ao Hospital designado como Referência Estadual ao tratamento e isolamento do paciente nessa situação;

c.6) Considerando o art. 6º, § 1º, da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, informe as medidas que foram adotadas para o monitoramento e fiscalização da incidência de casos suspeitos no âmbito dos serviços privados de saúde.

c.7) Para que encaminhe, via e-mail (indicar), boletins diários do Coronavírus na municipalidade, devendo, incluir, casos suspeitos, casos notificados e casos confirmados;

Miranda, 24 de março de 2020.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

#### MUNDO NOVO

#### RECOMENDAÇÃO N. 05/2020 – 2ª PJ DE MUNDO NOVO

Procedimento Administrativo n.º 09.2020.00001247-0

#### RECOMENDAÇÃO N. 05/2020 – 2ª PJ de Mundo Novo

*Recomenda providências para contenção do amplo contágio pelo Coronavírus – Conselho Tutelar.*

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mundo Novo/MS – MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei nº. 7.347/85 e na Lei n. 8.069/90, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar nº. 072/94, e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, em especial, os relativos à saúde, e aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6.º da Lei 8.080/90, estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, as quais se entendem como um conjunto de ações



que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º, VII, da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a Orientação programática;

CONSIDERANDO ter sido classificado, no dia 11/03/2020, pela Organização Mundial da Saúde - OMS, o Coronavírus como uma “pandemia”, cobrando uma ação dos governos compatível com a gravidade da situação a ser enfrentada;

CONSIDERANDO, pelos dados oficiais divulgados nesta data (23/03/2020), a existência de 1629 casos suspeitos em todo o país e 21 no Estado de Mato Grosso do Sul, número esse que pode ser subdimensionado, considerando o fato de que, em muitos casos, o vírus não se manifesta de modo evidente na pessoa infectada;

CONSIDERANDO tramitar nesta 2ª Promotoria de Justiça o Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001247-0, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pelos Municípios de Mundo Novo e de Japorã para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV);

CONSIDERANDO a disposição do artigo 27, inciso IV, e parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, facultando ao Ministério Público expedir recomendação administrativa, às “*entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública*”;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar compõe o Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, conforme Resolução nº. 113 do CONANDA;

CONSIDERANDO que “*O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei*”, nos termos do artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO o risco iminente que os Conselheiros Tutelares estão sendo acometidos com a exposição nos atendimentos presenciais à população;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público compete fiscalizar se o serviço vem sendo prestado à população infantojuvenil, sobretudo para atendimento dos casos urgentes, e se tem sido assegurado pelo Poder Público local condições físicas e estruturais para o desempenho das funções do Conselho Tutelar, ainda que em regime de rodízio/plantão, tais como disponibilidade de telefone celular, veículo para atendimentos dos casos urgentes, bem como condições adequadas de segurança ao trabalho do Conselho Tutelar, como fornecimento de álcool gel 70, máscaras, luvas e tudo mais que for necessário;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar dispõe de autonomia funcional, mas se encontra vinculado administrativa e orçamentariamente à Administração Municipal (art. 134 da Lei nº 8069/90);

CONSIDERANDO que diante da pandemia do COVID-19, cabe ao Poder Público local dispor, por meio de decretos, acerca do funcionamento dos serviços públicos, sobretudo daqueles serviços essenciais, entre os quais se inclui o Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que caso não haja manifestação do Poder Executivo local acerca da forma de funcionamento do Conselho Tutelar, é relevante que o Ministério Público provoque o gestor a regulamentar a questão;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 01/2020 do Fórum Colegiado de Conselheiros Tutelares – FCNCT, que traça diretrizes aos Gestores Municipais para que assegurem aos Conselhos Tutelares dos municípios brasileiros condições necessárias para o atendimento à população, salvaguardando a integridade, a saúde e a vida dos Conselheiros Tutelares do Brasil, especialmente, enquanto existir a manifestação desta pandemia no Brasil;

CONSIDERANDO que o artigo 3º, inciso II, do Decreto Federal n. 10.282/2020, de 20 de março de 2020, da Presidência da República, que define os serviços públicos e as atividades essenciais, veda a suspensão dos serviços de assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5.º e 44 que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”; e

CONSIDERANDO que o artigo 3º da Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP preconiza a possibilidade de expedição de recomendação pelo Ministério Público, objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, procedimento administrativo ou procedimento preparatório;

CONSIDERANDO que os Decretos Municipais números 4074/2020, 4078/2020 e 4080/2020 nada dispuseram a respeito do funcionamento do Conselho Tutelar durante a crise de combate a disseminação do COVID-19, das medidas para prevenção ou o fornecimento de equipamentos para os membros dos Conselhos Tutelares de Mundo Novo;

CONSIDERANDO a inexistência de informações a respeito das medidas adotadas pelo Poder Público do Município de Japorã;

RECOMENDA aos Municípios de Mundo Novo e de Japorã, nas pessoas dos Prefeitos Municipais e Secretários(as) Municipais de Assistência Social e de Saúde, a adoção das seguintes providências, imediatamente:

- Que regulamente o funcionamento do Conselho Tutelar, por DECRETO, no que tange às medidas emergenciais de prevenção ao contágio Coronavírus;
- Que assegure ao Conselho Tutelar condições necessárias para o atendimento à população, salvaguardando a integridade, a saúde e a vida dos Conselheiros Tutelares, enquanto existir a situação de crise decorrente desta pandemia, com a flexibilização do atendimento em regime de “Plantão ou Sobreaviso”;
- Prioritariamente, que seja considerada a possibilidade de os Conselheiros Tutelares realizarem *home office*, estabelecendo contatos com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos por telefone e email, encaminhando as requisições de serviços de forma virtual, com o acompanhamento do atendimento e adoção das providências legais em caso de inércia do órgão destinatário, notadamente nos casos de URGÊNCIA;
- Que, diante da impossibilidade de atendimento não presencial, a prestação do serviço seja em local ventilado, não fechado, que permita manter distância mínima de 1,5m entre pessoas, a fim de prevenir o contágio;
- Que forneça aos Conselheiros Tutelares máscara de uso pessoal e descartáveis, álcool em gel 70% e luvas para os atendimentos presenciais, ressalvadas outras medidas urgentes e necessárias ao cumprimento das determinações das autoridades sanitárias acerca de medidas básicas de saúde e higiene preventivas à propagação da COVID 19;
- Que disponibilize equipe para fazer o treinamento dos Conselheiros Tutelares e outros servidores do órgão de proteção, quanto aos procedimentos de segurança para prevenção do contágio nos atendimentos presenciais;
- Que não haja, em hipótese alguma, prejuízo à promoção, defesa e controle para atendimento e efetivação dos direitos da criança e do adolescente, tampouco risco à saúde dos profissionais e do público que procura os serviços;
- Que seja providenciada a ampla divulgação à rede de atendimento e a população em geral dos telefones e *email* de contato para os atendimentos pelo Conselho Tutelar, inclusive, com a afixação de cartazes e do decreto na sede do órgão de proteção e na Prefeitura Municipal.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, por escrito (através do e-mail Deniscruz@mpms.mp.br), no prazo de 3 (três) dias horas, a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a Recomendação, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, sendo que o não atendimento poderá ensejar providências nas esferas cível, penal e administrativa, nos termos supra fundamentados.

Por fim, ressalte-se que, diante da urgência que o caso requer, a presente Recomendação será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (e-mail e whatsapp), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

Encaminhe-se, eletronicamente, ao Prefeito Municipal, Secretaria Municipal de Assistência Municipal, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Vara da Infância e da Juventude e Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, para conhecimento.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Mundo Novo/MS, 24 de março de 2020.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO  
Promotora de Justiça

---

#### RIBAS DO RIO PARDO

---

### RECOMENDAÇÃO 0001/2020/01PJ/RRP

SAJMP nº 09.2020.00000919-8

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça *in fine* assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em especial com fundamento nos artigos 37, § 3º, inc. II e 129, inciso II, III, VI todos da Constituição Federal; artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública); artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, incisos I, “b”, e II, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigos 5º e 44 da Resolução nº 15/2007-PGJ, Resolução do CNMP nº 164, de 28 de março de 2017 e art. 8º, incisos II e IV, e art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/93, que autoriza expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, expor e recomendar, para fins de conhecimento, o que segue:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 deu nova roupagem ao Ministério Público, quebrando o paradigma existente até a Constituição de 1967, garantindo-lhe autonomia e independência funcional em relação Poderes da República;

CONSIDERANDO que a Constituição Democrática de 1988 delineou o Ministério Público como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127);

CONSIDERANDO “*que com base na interpretação lógica e na sua correta e perfeita relação com a interpretação teleológica, verifica-se que a Constituição, ao estabelecer que o Ministério Público é instituição permanente, está demonstrando que a Instituição é cláusula pétrea, que recebe proteção total contra o poder reformador, ao mesmo tempo em que impõe a sua concretização social como função constitucional fundamental*”<sup>18</sup> (g.n.);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da CF);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6º da Lei 8.080/90, estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, as quais se entendem como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e

---

<sup>18</sup> ALMEIDA, Gregorio Assagra de. *O Ministério Público no neoconstitucionalismo: perfil constitucional e alguns fatores de ampliação de sua legitimação social*. In: FARIAS, Cristiano Chaves de; ALVES, Leonardo Barreto Moreira; ROSENVALD, Nelson (organizadores). *Temas atuais do Ministério Público*. 3ª. Ed. rev. ampl. atual. Salvador : Juspodivm, 2012.p. 60.

condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º, VII, da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a Orientação programática;

CONSIDERANDO a possibilidade de aplicação da ponderação entre direitos fundamentais, mormente, a liberdade, frente a graves cenários públicos, como catástrofes naturais, epidemias e pandemias, como o ora enfrentado pela República Federativa do Brasil no contexto do Coronavírus;

CONSIDERANDO ter sido classificado pela Organização Mundial da Saúde, o Coronavírus como uma “pandemia”, cobrando uma ação dos governos compatível com a gravidade da situação a ser enfrentada;

CONSIDERANDO, pelos dados oficiais divulgados, no dia 22.03.2020, a existência de 1.546 casos de pessoas infectadas em todo o país, com 25 (vinte) mortes, número esse que pode ser subdimensionado, considerando o fato de que, em muitos casos, o vírus não se manifesta de modo evidente na pessoa infectada.

CONSIDERANDO que agilidade da progressão do número de infectados na República Federativa do Brasil é alarmante, o que demanda a adoção de todos os esforços possíveis para conter o avanço do Coronavírus, também no âmbito no Município de Ribas do Rio Pardo;

CONSIDERANDO a previsão inserta no artigo 5º da Lei 13.979/2020, o qual prevê que " Toda pessoa colaborará com as autoridades sanitárias na comunicação imediata de: I - possíveis contatos com agentes infecciosos do coronavírus; II - circulação em áreas consideradas como regiões de contaminação pelo coronavírus;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 15.396, de 19 de Março de 2020, que decretou situação de emergência no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, recomendou no seu Art. 6º a adoção, por toda a população, das medidas de prevenção emitidas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado de Saúde (SES/MS), para evitar a proliferação do vírus, especialmente no que diz respeito à aglomeração de pessoas e à redução do contato social e do compartilhamento de itens pessoais, tais como, copos, bombas de tereré, narguilés e outros afins;

CONSIDERANDO que o estado alarmante de pandemia atingido pelo coronavírus não pode ser desconsiderado por qualquer do povo, ainda mais por aqueles detentores de responsabilidade social e poder de formação de opinião, pelo contato com grande número de pessoas e credibilidade social;

CONSIDERANDO a recente publicação do Decreto Municipal n. 020, de 22 de março de 2020, do Chefe do Poder Executivo do Município de Ribas do Rio Pardo, determinando, em âmbito local, medidas excepcionais e temporárias, tais como, o fechamento de bares, restaurantes, lanchonetes, conveniências, centros religiosos, academias e estabelecimentos congêneres;

CONSIDERANDO que as restrições impostas pelo nável Decreto Municipal nº. 020, de 22 de março de 2020, mormente, com relação ao comércio, devem ser fiscalizadas de maneira intensa pelo Poder Público;

CONSIDERANDO que apesar da restrição relacionada a suspensão do consumo de narguilé em estabelecimentos comerciais, contida no artigo 1º, VI, alínea "b", do Decreto Municipal nº. Decreto Municipal n. 020, de 22 de março de 2020, ainda resta a possibilidade de reunião de pessoas em eventos para rodas de tereré e rodas de "narguille", em espaços públicos, possibilitando eventual propagação da doença COVID-19;

CONSIDERANDO os termos do artigo 131, do Código Penal, que prescreve: *Art. 131 - Praticar, com o fim de transmitir a outrem moléstia grave de que está contaminado, ato capaz de produzir o contágio: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa;*

CONSIDERANDO que o artigo 267, do Código Penal, também tipifica a seguinte conduta: *Art. 267 - Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos: Pena - reclusão, de dez a quinze anos;*

CONSIDERANDO os termos do artigo 268 do Código Penal o qual prevê: *Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa;*

CONSIDERANDO que o município de Ribas do Rio Pardo é rota de passagem, principalmente, de pessoas que vêm da cidade de Campo Grande, bem como, daquelas saem do Estado de São Paulo, locais onde o número de infectados cresce vertiginosamente;

CONSIDERANDO a importância da prevenção nos estágios iniciais do contágio, como forma de controlar a velocidade de propagação do vírus, tem sido entendida como a medida mais efetiva para proteger os cidadãos e obstar o colapso do sistema de saúde, a exemplo do que foi realizado na Coreia do Sul, Singapura e Hong Kong, adotando medidas restritivas na aglomeração de pessoas, mantiveram baixo o número de casos<sup>19</sup>:

CONSIDERANDO a decisão proferida pela Justiça Federal no Estado do Maranhão (20.03.2020), na ação ajuizada pela PGE/MA, contra Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Portuária (INFRAERO), pela qual autorizou-se que o Governo do Maranhão crie barreiras sanitárias nos aeroportos de Marechal Hugo da Cunha Machado em São Luís em Imperatriz;

CONSIDERANDO que partir da determinação do Poder Judiciário, o Governo do Estado do Maranhão passou verificação das condições de saúde, como medição de temperatura de passageiros e tripulantes de aeronaves vindas de regiões com casos confirmados de Covid-19;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção de serviços essenciais no período de isolamento decorrente das medidas aplicadas em razão do avanço da pandemia, desde que atendidas as recomendações sanitárias;

CONSIDERANDO que estabelecimentos como bancos, casas lotéricas, apesar de fornecerem a população serviços essenciais, importam em grande fluxo e aglomeração de pessoas que aguardam atendimento;

E, CONSIDERANDO, por fim, as informações contidas no bojo do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000919-8, instaurado para fiscalização e controle referente ao Novo Coronavírus (nCoV);

**RESOLVE RECOMENDAR:**

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO e SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que:

I) Comuniquem os casos de desobediência às determinações e recomendações sanitárias à autoridade policial com cópia a esta Promotoria de Justiça, para adoção das providências cabíveis, nos casos de desobediência a medidas sanitárias que coloquem em risco a contenção da pandemia, nos termos dos artigos 131, 267 e 268, todos do CP;

II) Adotem medidas emergenciais, com o encaminhamento de protocolos e fluxos de atendimento no tocante à prevenção e contenção da epidemia nos aparelhos públicos assistenciais, notadamente: Acolhimento à população de rua e Acolhimentos de crianças e adolescentes;

III) Informem sobre as medidas adotadas para a estruturação do Sistema Único de Saúde, tais como contratação de médicos, leitos de UTI, equipamentos de respiração, compra de medicamentos, insumos e, testes para comprovação do Coronavírus, sem prejuízo de outras, atentando-se, todavia, aos princípios da legalidade, da moralidade administrativas e das disposições constantes na Lei de Licitações;

IV) Forneçam EPI's – equipamentos de proteção individual (máscaras, luvas e álcool gel), para prestação dos serviços de atendimento ao público das forças policiais locais e Conselho Tutelar;

V) Implementem barreiras sanitárias no Terminal Rodoviário de Ribas do Rio Pardo, em relação aos transportes intermunicipais e interestaduais;

VI) Insiram materiais informativos sobre o coronavírus no site do Município de Ribas do Rio Pardo no Facebook e no Instagram, utilizando, para tanto, os materiais disponibilizados no site do Ministério da Saúde;

VII) Difundam a informação sobre o aplicativo denominado “Coronavírus SUS” (desenvolvido pelo Ministério da Saúde, o qual contém informações sobre sintomas, prevenção e tratamento do coronavírus;

<sup>19</sup> Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/singapura-e-coreia-do-sul-tem-mais-sucesso-em-deter-coronavirus.shtml>

VIII) Adotem medidas administrativas necessárias para, no prazo de 5 dias, criar Central de Atendimento Municipal a fim de viabilizar atendimento em ambiente virtual/telefônico da população de Ribas do Rio Pardo, mediante a utilização de central de atendimento telefônico, a qual poderá utilizar aplicativo whatsapp para fazer e receber chamadas, a ser integrada por uma equipe técnica especializada e capacitada para tanto;

IX) Prestem informações, na referida central de atendimento, para os cidadãos(ãs) que tiverem dúvidas acerca do Coronavírus, seus sintomas, prevenção e tratamento;

X) Elaborem, no prazo de 3 dias, fluxograma de atendimento dos pacientes com suspeita de coronavírus que estejam com sintomas leves ou assintomáticos, podendo utilizar, para tanto, modelos disponíveis na Rede Mundial de Computadores, de modo a evitar o acúmulo indevido de pessoas nas unidades de saúde (o que poderia contribuir para a propagação do coronavírus);

XI) Elaborem, no prazo de 3 dias, fluxograma de atendimento dos pacientes com suspeita de coronavírus que estejam apresentando sintomas de maior gravidade (p. ex. dificuldade para respirar e falta de ar), a fim de que os profissionais de saúde lotados nas unidades de saúde municipais consigam realizar as regulações e encaminhamentos necessários para atendimento médico e para avaliação médica sobre a necessidade ou não de internação hospitalar;

XII) Deem publicidade aos referidos fluxogramas à população local, mediante a publicação de informativos nas redes sociais, no site do Município, em grupos de *whatsapp* e nas unidades de saúde;

XIII) Criem uma equipe especial de servidores públicos para fiscalização rigorosa do cumprimento da legislação atinente a prevenção e contenção do avanço do Coronavírus na circunscrição territorial do município de Ribas do Rio Pardo, disponibilizando número de telefone para acionamento em regime de plantão, com a respectiva divulgação (podendo ser constituída até mesmo dentro da Central de Atendimento Municipal);

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR DA EMPRESA DE SANEAMENTO BÁSICO DE MATO GROSSO DO SUL – SANESUL, que:

I) envide esforços para que não haja interrupção no fornecimento de água em todas as casas de Ribas do Rio Pardo, durante o período pandêmico, o que pode agravar a pandemia, pela interrupção da higiene.

À AUTORIDADE POLICIAL e AO COMANDANTE DO PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR LOCAL, que:

I) Seja dado integral cumprimento aos termos da Lei 13.979/2020 e à portaria interministerial regulamentadora 05 de 17/03/2020, da lavra dos Ministros de Estado da Justiça e Segurança Pública e da Saúde, no tocante às prisões por desobediência (artigos 131, 267, 268 e 330 do CP), além das outras providências lá previstas;

II) Adotem medidas para coibir reuniões de pessoas em eventos para rodas de tereré e rodas de "*narguille*", realizados em espaços públicos, possibilitando eventual propagação da doença COVID-19;

III) Adotem medidas no sentido detectar o estado de saúde das pessoas submetidas a prisão em flagrante, especialmente, no tocante a presença de sintomas do Covid-19;

IV) Adotem medidas para prevenção e repressão do desrespeito do Decreto Municipal n. 020, de 22 de Março de 2020, em relação as infrações penais.

À DIRETORA DA CASA DE ACOLHIMENTO PEQUENO PRÍNCIPE, que durante todo o período de Estado de Emergência Nacional, Estadual e Municipal em Saúde Pública, de Importância Internacional (ESPII), em decorrência da infecção pelo novo corona vírus (COVID-19):

I) providencie o rigoroso cumprimento de todas as recomendações e protocolos do Ministério da Saúde, bem como da Secretaria Municipal de Saúde;

II) promova a restrição de acesso por visitantes externos (voluntários, familiares, doadores e outros);

III) realize modulações nas formas, locais e horários das visitas de familiares, para impedir a aglomeração de visitantes e respectivos acolhidos no mesmo local, visando manter a distância ideal de 2 (dois) metros entre os adultos, sempre em ambientes arejados;

IV) seja realizada a prévia entrevista com os visitantes, a respeito de seus estados de saúde, bem como de contatos que eventualmente tenham tido com pessoas com sintomas de gripes, resfriados e/ou outras viroses, para se aferir sobre a viabilidade ou não de terem contato com a criança e/ou adolescente a ser visitada;

V) seja feita exigência aos familiares visitantes das recomendações sanitárias de higienização e “etiqueta respiratória”;

VI) seja providenciada a submissão dos acolhidos que forem receber visitas aos mesmos procedimentos sanitários, mediante esclarecimentos e orientações contínuas do corpo profissional da entidade;

VII) sejam mantidos os processos de reintegração familiar em curso, com restrições das saídas dos acolhidos, nos casos em que concluir pela inconveniência sanitária, com adaptações necessárias para a manutenção dos contatos dos familiares com a criança ou adolescente (sobretudo, se possível for, viabilizando a visita dos familiares ao acolhido na sede da entidade ou contato telefônico e redes sociais);

VIII) em casos de dúvidas, busquem esclarecimentos de equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde de Ribas do Rio Pardo;

IX) seja providenciado e disponibilizado canal de articulação direto com profissionais da Secretaria Municipal de Saúde, para acesso imediato, por parte das equipes técnicas das unidades de acolhimento, para sanar dúvidas sobre os cuidados sanitários aos acolhidos e seus familiares;

X) sejam reforçadas as práticas de higiene por parte de acolhidos e servidores/colaboradores, garantindo de modo prioritário, materiais de uso pessoal e de higiene para todos os profissionais da instituição, bem como para os acolhidos;

XI) seja garantido, de modo prioritário, a vacinação de H1N1 aos acolhidos, servidores e colaboradores das unidades de acolhimento, bem como fornecimento imediato de álcool em gel, máscaras e luvas para todos os profissionais dentro da instituição;

XII) em sendo verificado caso suspeito, que seja acionada imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde, adotando-se os protocolos determinados pelo Ministério da Saúde.

#### AO CONSELHO TUTELAR DE RIBAS DO RIO PARDO, que:

I) Sejam comunicados com urgência e no prazo máximo de 24 horas a sujeição à criança ou adolescente ao agravamento do risco grave de contágio pelo Coronavírus, bem como os casos suspeitos de que tenham conhecimento, por meio do e-mail [pjribas@mpms.mp.br](mailto:pjribas@mpms.mp.br), com cópia para a secretaria municipal de saúde para as providências cabíveis;

II) Seja estabelecido o sistema de rodízio de conselheiros e servidores que exercem suas atribuições no órgão, de modo temporário e excepcional em razão da situação de pandemia, mantendo-se apenas 01 (um) ou 02 (dois) agentes públicos trabalhando na sede do Conselho Tutelar, escalando-se os demais para trabalhar em regime de teletrabalho (acionados para o trabalho presencial apenas quando for estritamente necessário);

III) Sejam realizados de modo presencial apenas os atendimentos urgentes e de relevante interesse público, priorizando atendimentos por meio telefônico ou e-mail, afixando-se os números para contato e endereços de e-mail na parte externa da sede do órgão;

IV) durante o trabalho desenvolvido de maneira presencial pelos agentes públicos do órgão seja realizada a utilização de máscaras (para os casos indicados), luvas, com a aplicação de todos os métodos de higienização necessários para prevenção da indicados pelo Ministério da Saúde;

V) os agentes públicos (conselheiros e servidores) enquadrados nos grupos de risco previstos pelas normativas relativas ao Covid-19, sejam designados para exercício de suas funções em regime de teletrabalho;

#### AOS GERENTES/DIRETORES DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS e LOTÉRICAS INSTALADAS NO MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO, que:

I) Observem as normas sanitárias impostas ou recomendadas pelos órgãos sanitários federais, estaduais ou municipais, no tocante a aglomeração de pessoas dentro do mesmo espaço e disponibilização instrumentos de higienização para prevenção do contágio pelo Coronavírus.

Notifiquem-se os destinatários de que deverão publicar a presente Recomendação em veículo adequado, conforme previsto no art. 45, parágrafo único, da Resolução nº 015/2007-PGJ, bem como informar a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo, no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento do presente, o acatamento ou não da presente e, em caso positivo, encaminhar cópia da documentação comprobatória.

Por fim, encaminhe-se cópia da presente Recomendação Ministerial para o setor competente com vistas à publicação no Diário Oficial do Ministério Público.

Ribas do Rio Pardo, 23 de março de 2020.

GEORGE ZAROUR CEZAR  
Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**DEODÁPOLIS**

---

**RECOMENDAÇÃO Nº 0003/2020/PJ/DPS.**

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2020.00001248-1.

NOTICIANTE: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

INTERESSADO: Município de Deodápolis/MS.

OBJETO: Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pelo Município de Deodápolis/MS para prevenção, controle e contenção de riscos, de danos, e de agravos à saúde pública em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19), bem como se elas atendem às diretrizes, protocolos e demais procedimentos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de emergência em saúde pública de importância nacional declarada pela Portaria GM nº 188, de 03/02/2020.

**RECOMENDAÇÃO Nº 0003/2020/PJ/DPS.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por meio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, com fundamento no art. 3º, VII, da Resolução nº 005/2012-CPJ e no art. 8º, II, da Resolução CNMP nº 174/2017 e, por fim, no art. 26, I, alíneas "b" e "c", da Lei Orgânica do Ministério Público – Lei nº 8.625/93, e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme o teor do art. 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da CF/88);

CONSIDERANDO o teor do Decreto Municipal nº 25/2020, que dispõe sobre medidas temporárias a serem adotadas, no Município de Deodápolis/MS, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, bem como os efeitos dele decorrentes;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação nº 0002/2020/PJ/DPS, expedida nestes autos, em 20/03/2020, nos seguintes termos:

"...(I) À Excelentíssima Senhora Controladora-Geral do Município de Deodápolis/MS, Camila Pierette Martins do Amaral Marques, ou a quem fizer as suas vezes, que:

1) imediatamente, proceda com o atendimento das demandas relacionadas ao oferecimento de atendimentos, de encaminhamentos, de orientações, de recebimento de petições, de sugestões, de reclamações, de protocolos, dentre outros serviços demandados pelos cidadãos, por intermédio da Ouvidoria do Município de Deodápolis/MS, a fim de que o disposto no art. 2º do Decreto Municipal 25/2020 não cause prejuízo à prestação dos serviços públicos ofertados pelo Município de Deodápolis/MS;

As comunicações encaminhadas à Ouvidoria do Município de Deodápolis/MS deverão ser regularmente formalizadas em procedimento administrativo próprio, de modo a efetivar os princípios constitucionais da publicidade, da eficiência e da legalidade.

Visando verificar o cumprimento deste item, a Promotoria de Justiça procederá, em data a ser designada, com inspeção no referido órgão, nos termos do art. 27, I, alínea "c", da Lei Orgânica do MPMS.

(II) À Ilustríssima Senhora Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS, Luana Magri Escarmanhani, que:

2) imediatamente, proceda com a regulamentação do art. 6º do Decreto Municipal nº 25/2020, notadamente com a expedição de instrução normativa ou ato administrativo equivalente, de forma a descrever e regulamentar todas as hipóteses referidas no diploma legal, bem como fazer acompanhar os modelos de requerimentos e atos administrativos padronizados, de modo a efetivar os princípios constitucionais da eficiência e transparência.

As comunicações encaminhadas ao Departamento de Recursos Humanos deverão ser regularmente formalizadas em



procedimento administrativo próprio, de modo a efetivar os princípios constitucionais da publicidade, da eficiência e da legalidade.

Visando verificar o cumprimento deste item, a Promotoria de Justiça procederá, em data a ser designada, com inspeção no referido órgão, nos termos do art. 27, I, alínea "c", da Lei Orgânica do MPMS.

(III) Ao Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Saúde de Deodápolis/MS, Jean Carlos da Silva Gomes, que:

3) durante os próximos 10 dias, promova a divulgação do Decreto Municipal nº 25/2020, do Aplicativo "Coronavírus-SUS", de campanhas de conscientização dos riscos e das medidas de higiene necessárias para evitar o contágio do Coronavírus (COVID-19), difundindo-as através dos meios de comunicação disponíveis à Administração Pública Municipal, tais como redes sociais, perfis de Facebook, Whatsapp, emissoras de rádio, distribuição panfletos, utilização de carros de som, dentre outros, tudo para efetivar o princípio constitucional da publicidade, e, por consequência, orientar a população do Município de Deodápolis/MS, enquanto perdurar a situação de emergência em saúde causada pelo Coronavírus (COVID-19);

4) imediatamente, proceda com a divulgação das ações contidas no Plano Estadual de Contingência contra o Coronavírus e as medidas e normativas do Centro de Operações de Emergência (COE/MS);

5) diariamente, proceda com a publicação de boletins de acompanhamento do cenário da doença e das diretrizes para vigilância, prevenção e controle desenvolvidas pelo Governo do Estado e pelo Município de Deodápolis/MS.

(IV) À Ilustríssima Senhora Diretora Executiva do PROCON Municipal de Deodápolis/MS, Ana Carolina da Silva Oba, que:

6) imediatamente, proceda com a intensificação das ações de fiscalização em todo o território municipal, a fim de garantir o cumprimento do disposto na Recomendação exarada pelo próprio PROCON municipal, em 18/03/2020, especialmente para prevenir práticas abusivas contra os consumidores de Deodápolis/MS;

As fiscalizações efetuadas pelo PROCON municipal deverão ser regularmente formalizadas em procedimento administrativo próprio, de modo a efetivar os princípios constitucionais da publicidade, da eficiência e da legalidade.

7) imediatamente, proceda com a intensificação da fiscalização, prevenindo e reprimindo a fixação abusiva de preços de mercadorias, produtos e serviços, em supermercados, farmácias e em quaisquer outros estabelecimentos comerciais que possam ter reajustado abusivamente os preços em razão da pandemia do Coronavírus (COVID-19), de modo que os possíveis infratores sejam autuados e sancionados, nos moldes do CDC e legislação correlata;

8) imediatamente, proceda com a divulgação aos consumidores, da ilegalidade do reajuste abusivo de preços de produtos, serviços e mercadorias, orientando-os a denunciar tais práticas ao PROCON, inclusive com a divulgação do endereço, e-mail e telefone do PROCON Municipal em todas as regiões da cidade, para oferecimento de eventuais reclamações/denúncias;

9) imediatamente, proceda com a fiscalização dos estabelecimentos abertos ao público, quanto à obediência às normas de segurança na prestação dos serviços e venda de produtos, com a disponibilização de equipamentos e produtos mitigadores de contaminação aos funcionários das lojas, com base no inciso I do artigo 6º do CDC, c/c artigo 8º do mesmo código;

10) no prazo de 30 dias, proceda com o encaminhamento de relatório pormenorizado de todas as medidas adotadas pelo PROCON municipal no âmbito de suas atribuições em razão da pandemia do Coronavírus (COVID-19).

(V) Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Deodápolis/MS, Valdir Luiz Sartor, que:

11) imediatamente, e, respeitado o poder discricionário do Executivo Municipal, proceda com a alteração do art. 4º do Decreto Municipal 25/2020, a fim de incluir reuniões e atividades religiosas que importem em aglomerações de pessoas no âmbito de qualquer instituição religiosa ou propriedade privada, independentemente do credo ou dogma, suspendendo, assim, os atos públicos, as pastorais, as caravanas, os cultos e as missas, ou qualquer outra aglomeração de pessoas, enquanto perdurar o período de risco de contaminação do Coronavírus (COVID-19);

Nesse ponto, deve ser observado que a presente Recomendação não pretende restringir o direito fundamental à liberdade de manifestação religiosa dos cidadãos de Deodápolis/MS, conforme preceituado no art. 5º, VI, CF/88, mas apenas dirimir o choque entre o referido direito fundamental e os igualmente fundamentais direitos à vida, à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, os quais, neste momento, estão sob ameaça em razão do risco de contaminação e transmissão do Coronavírus (COVID-19).

Deste modo, deve-se adotar um juízo de ponderação, fazendo com que os direitos fundamentais em comento continuem sendo desfrutados, devendo o direito à liberdade de manifestação religiosa ser restringido, temporariamente, a fim de que os direitos à vida, à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, sejam efetivamente assegurados.

Em arremate, a título de exemplificação, denota-se que o Poder Judiciário já enfrentou o tema (ver autos nº 1000010-12.2020.8.26.0621 do TJSP), e, na oportunidade, o Juízo determinou a suspensão da realização de quaisquer eventos no Santuário Nacional de Aparecida, inicialmente, pelo prazo de 30 dias, sob pena de aplicação de multa diária de multa no valor de R\$ 100.000,00.

12) imediatamente, proceda com a intensificação das ações de fiscalização em todo o território municipal, empregando inclusive o apoio da Vigilância Sanitária, dos Agentes Comunitários de Saúde, do Setor de Fiscalização de Posturas Municipais e da Polícia Militar, a fim de garantir o cumprimento do disposto no Decreto Municipal nº 25/2020, especialmente dos art. 3º e 4º, e, caso seja constatado seu descumprimento injustificado, reiterado ou irresponsável, efetue as comunicações de praxe à Autoridade Policial para a adoção das providências criminais pertinentes, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas de competência da Administração Pública Municipal, e, por fim, comunicação à Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS;

13) imediatamente, promova a alteração do art. 5º do Decreto Municipal 25/2020, a fim de estender os seus efeitos suspensivos às instituições de ensino privadas e universidades existentes no Município de Deodápolis/MS, e, caso haja entidade que resolva manter as aulas, que seja notificada a apresentar justificativa escrita tecnicamente fundamentada, ficando a critério do Poder Executivo Municipal acolhe-la ou não;

14) imediatamente, e, respeitado o poder discricionário do Executivo Municipal, proceda com a alteração do § 3º do art. 6º, do Decreto Municipal 25/2020, a fim de aumentar o tempo de contingência de 5 para 10 dias, dos servidores regressos ou que venham a regressar de viagens estrangeiras/internacionais ou nacionais de qualquer Estado da Federação, independentemente de apresentação sintomas do Coronavírus (COVID-19);

15) imediatamente, e, respeitado o poder discricionário do Executivo Municipal, proceda com a alteração do art. 10 do Decreto Municipal 25/2020, a fim de instituir obrigação de fazer consistente na imposição de sistema de revezamento do ingresso de pessoas e/ou sistema de rodízio de entrada e saída de pessoas em estabelecimentos públicos e/ou privados, a exemplo de supermercados, bancos, lojas de conveniências, e congêneres, a fim de evitar a formação de filas de espera para atendimentos e aglomeração de pessoas, e, por consequência, a redução do risco de contaminação e transmissão do Coronavírus (COVID-19) no Município de Deodápolis/MS;

16) imediatamente, e, respeitado o poder discricionário do Executivo Municipal, proceda com alteração no Decreto Municipal nº 25/2020, visando acrescentar a obrigação de ser designado servidor público municipal afeto a área da saúde para permanecer no Terminal Rodoviário Municipal nos horários de maior trânsito de pessoas, prestando as orientações veiculadas pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Estado de Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde, com relação ao Coronavírus (COVID-19), focando o atendimento aos passageiros que usem o terminal.

17) imediatamente, proceda com a divulgação adequada, no Órgão de Imprensa Oficial do Município de Deodápolis/MS, da presente recomendação, nos termos do art. 27, parágrafo único, IV, da Lei nº 8.625/93..."

CONSIDERANDO o agravamento da situação de emergência em saúde pública vivenciada pelo Brasil, causada pela transmissão desenfreada do Coronavírus (COVID-19), bem como a notícia de que já existem 16 casos confirmados em Mato Grosso do Sul, inclusive em mais de 1 município, indicando, portanto, o risco potencial da doença se alastrar pelos demais municípios do Estado;

CONSIDERANDO o potencial danoso da pandemia de Coronavírus (COVID-19), que já vitimou 18 pessoas no Brasil até a presente data (22/03/2020)<sup>20</sup>, e provocou 793 mortes em 24 horas na Itália<sup>21</sup>, evidenciando, portanto, a gravidade da situação e a necessidade de serem adotadas medidas excepcionais, extremas, temporárias e eficazes;

CONSIDERANDO que a crise atual demanda a edição de diversos atos administrativos por parte do Poder Executivo, tais como: Decretos, Portarias, Instruções Normativas, etc;

CONSIDERANDO que a CF/88 dispõe em seu art. 1º, III, que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que o art. 2º da CF/88 contemplou o princípio da separação dos poderes, o qual a doutrina define como:

[...] A divisão de poderes fundamenta-se, pois, em dois elementos: (a) especialização funcional, significando que cada

<sup>20</sup> <https://saude.gov.br/>

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/03/italia-registra-793-mortes-por-coronavirus-em-24-horas-e-bate-novo-recorde.shtml>

órgão é especializado no exercício de uma função; assim, às assembleias (Congresso, Câmaras, Parlamento) se atribui a função Legislação; ao Executivo, a função executiva; ao Judiciário, a função jurisdicional; (b) independência orgânica, significando que, além da especialização funcional, é necessário que cada órgão seja efetivamente independente dos outros, o que postula ausência de meios de subordinação. Trata-se, pois, como se vê, de uma forma de organização jurídica da manifestação do Poder. [...]; (SILVA, José Afonso da – Curso de Direito Constitucional Positivo – 37ª Edição - Editora Malheiros – pág. 111).

CONSIDERANDO que a cessão de servidores do Poder Legislativo ao Poder Executivo não viola o disposto art. 2º da CF/88, porque não afronta a função legislativa;

CONSIDERANDO que a Presidência da Câmara Municipal de Deodápolis/MS editou a Portaria nº 12/2020, que dispõe que o órgão funcionará em horário reduzido;

CONSIDERANDO que a jurisprudência dos tribunais pátrios tem assentado que a cedência/cessão de servidor público é ato administrativo discricionário. Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. CEDÊNCIA. DESVIO DE FUNÇÃO NÃO CARACTERIZADO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO QUE DETERMINOU O RETORNO DO SERVIDOR À AUTARQUIA DE ORIGEM. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS INDEVIDA. 1. Caso concreto em que não há como reconhecer a configuração de eventual desvio de função, nomeadamente porque o cargo paradigma apresentado pertence exclusivamente ao quadro de servidores do DMAE, ao passo que o autor integra os quadros de autarquia diversa, o DMLU. É irrelevante, nestas circunstâncias, o fato de o "Operador de Máquinas Especiais", cargo próprio ao DMAE, ser mais bem remunerado. 2. A cedência é ato administrativo de caráter discricionário, cuja revogação dá-se segundo critérios de conveniência e de oportunidade. Ademais, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não é necessária motivação do ato administrativo que determina o retorno do servidor à entidade de origem. 3. Não havendo ilicitude na conduta da Administração, não se caracteriza o dever de indenizar, consoante dispõe o art. 927 do Código Civil de 2002. 4. Sentença de improcedência na origem. RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70067370825, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Uhlein, Julgado em 27/07/2016).

E:

E M E N T A - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO - CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO - DEVOLUÇÃO AO ÓRGÃO DE ORIGEM - ATO DISCRICIONÁRIO - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ENSEJADORES DO ARTIGO 300, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015 - TUTELA DE URGÊNCIA NÃO CONCEDIDA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. O instituto da cessão, previsto no artigo 93 da Lei nº 8.112/90, trata-se de ato discricionário da Administração Pública, através do qual dispõe de servidor de seu quadro próprio para ter exercício em outro órgão. Caracterizada a discricionariedade, não há falar em obrigatoriedade na manutenção do servidor cedido no quadro funcional do órgão cessionário, mormente quando foram apresentados argumentos para a devolução ao órgão de origem. Ausente a probabilidade do direito, prevista como requisito no artigo 300, caput, do Código de Processo Civil/2015, impossibilitada está a concessão da tutela de urgência pretendida pelo requerente. Recurso conhecido e não provido. (TJMS. Agravo de Instrumento n. 1405395-22.2016.8.12.0000, Sidrolândia, 1ª Câmara Cível, Relator (a): Desª. Tânia Garcia de Freitas Borges, j: 06/09/2016, p: 08/09/2016).

E:

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. RECURSO. CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO. PRORROGAÇÃO. INVIABILIDADE.

1. Se os efeitos de decisão que põe fim a cessão administrativa de servidor estavam em plena vigência, inexistindo circunstância capaz de suspendê-los, não prospera o pleito de prorrogação do termo final, sob a justificativa de que se aguardava a apreciação de requerimento formulado a destempo e sem efeito suspensivo.

2. A cessão de servidor público possui finalidade restrita às hipóteses legais e configura ato discricionário dos Órgãos Públicos envolvidos.

3. Recurso administrativo não provido. (TJDFT - Acórdão n.990610, PAD005602016, Relator: GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA CONSELHO ESPECIAL NO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS, Data de

Julgamento: 27/01/2017, Publicado no DJE: 01/02/2017. Pág.: 235).

CONSIDERANDO que a doutrina define poder discricionário:

[...] Poder discricionário, portanto, é a prerrogativa concedida aos agentes administrativos de elegerem, entre várias condutas possíveis, a que traduz maior conveniência e oportunidade para o interesse público. Em outras palavras, não obstante a discricionariedade constitua prerrogativa da Administração, seu objetivo maior é o atendimento aos interesses da coletividade. (FILHO, José dos Santos Carvalho – Manual de Direito Administrativo – 25ª Edição – Editora Atlas – pág. 49).

E CONSIDERANDO que a cedência, temporária, de servidores administrativos do Legislativo ao Executivo concretizará o princípio da eficiência, pois, eles contribuirão na elaboração de atos tais como: Decretos, Portarias, Instruções Normativas, etc, bem como na prestação de outros serviços, a exemplo da licitação e contratação de pessoal, além de bens e serviços, que poderão ser definidos por meio de cooperação entre os órgãos;

RECOMENDA:

(I) ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Deodápolis/MS, Valdir Luiz Sartor, que:

1) imediatamente, e, respeitado o poder discricionário do Executivo Municipal, proceda com a alteração do Decreto Municipal nº 25/2020, para determinar a suspensão do atendimento presencial ao público nos estabelecimentos comerciais em funcionamento no Município de Deodápolis/MS, pelo prazo de 15 dias, a fim de ser evitada a transmissão do Coronavírus (COVID-19), salvo as seguintes exceções: I – farmácias; II - supermercados, lojas de conveniência, açougues e congêneres ligados a atividade de abastecimento de alimentos; III - lojas de venda de alimentação para animais; IV - distribuidores de gás; V - lojas de venda de água mineral; VI - padarias; VII - restaurantes e lanchonetes, desde que exercendo atividades estritamente relacionadas a alimentação, sendo vedado a permanência para consumo de bebida alcoólica; e, VIII – casas lotéricas, agências bancárias e correios, que deverão respeitar o horário estipulado no item 5.

2) imediatamente, e, respeitado o poder discricionário do Executivo Municipal, proceda com a alteração do Decreto Municipal nº 25/2020, para determinar que os estabelecimentos comerciais do Município de Deodápolis/MS que continuem prestando atendimento presencial ao público, com ingresso e permanência de pessoas no local, mantenham funcionário designado exercendo a função de "orientador de fluxo", o qual deverá: a) coordenar a entrada e saída de pessoas no local, garantindo que não haja aglomerações; b) direcionar a permanência dos clientes e a organização das mesas com a distância mínima de 2 metros; e, c) prestar orientações relativas as boas práticas de higiene e prevenção do COVID-19.

3) imediatamente, e, respeitado o poder discricionário do Executivo Municipal, proceda com a alteração do Decreto Municipal nº 25/2020, a fim de determinar que os responsáveis, por todos os estabelecimentos públicos ou privados do Município de Deodápolis/MS, a exemplo dos postos de combustíveis, supermercados e fornecedores de alimentos e farmácias, forneçam equipamentos de proteção individual a seus funcionários (luvas e máscaras descartáveis, álcool em gel 70%, sabão desinfetante, toalhas descartáveis, etc.), e realizem a higienização adequada de objetos compartilhados entre colaboradores e clientes, devendo no Decreto, ainda, serem fixados critérios mínimos de higienização a serem observados, com especificações para cada tipo de atividade, se for o caso;

4) imediatamente, e, respeitado o poder discricionário do Executivo Municipal, proceda com a alteração do Decreto Municipal nº 25/2020, para limitar a duração das cerimônias fúnebres e supulcrais em até 2h, bem como o número de pessoas em até 10 presentes, desde que o ambiente utilizado seja arejado e higienizado, conforme padrões de higienização a serem fixados pelo Poder Público Municipal;

5) imediatamente, e, respeitado o poder discricionário do Executivo Municipal, proceda com a alteração do Decreto Municipal nº 25/2020, a fim de determinar, pelo prazo mínimo de 15 dias, a proibição de circulação de pessoas no Município de Deodápolis/MS, entre às 20h e 5h, as quais deverão permanecer em recolhimento domiciliar, ressalvados os casos estritamente necessários, tais como deslocamento a trabalho ou aqueles destinados à acesso aos serviços públicos essenciais, devendo serem comprovadas a necessidade e urgência;

(II) Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Deodápolis/MS, Gilberto Dias Guimarães, que:

6) imediatamente, e, respeitado o poder discricionário do Legislativo Municipal, coopere com o Poder Executivo do Município de Deodápolis/MS, viabilizando a cedência de servidores administrativos, notadamente os integrantes do corpo técnico (advogados, contadores, serviços gerais, motoristas, etc.), pelo prazo mínimo de 60 dias, para atuarem na elaboração de atos e contratos administrativos em geral que se fizerem necessários, bem como outras atividades compatíveis com os respectivos cargos, com ônus da remuneração à Câmara Municipal de Deodápolis/MS, de modo a combater a transmissão do Coronavírus (COVID-19);

7) imediatamente, proceda com a divulgação adequada, no Órgão de Imprensa Oficial do Município de Deodápolis/MS, da presente recomendação, nos termos do art. 27, parágrafo único, IV, da Lei nº 8.625/93.

Consigna-se, por fim, que as medidas recomendadas não pretendem restringir os direitos fundamentais de trabalho e à livre iniciativa (art. 1º, IV), ou de ir, vir e permanecer (art. 5º, XV), mas apenas dirimir o choque entre os referidos direitos fundamentais e os igualmente fundamentais direitos à vida, à saúde e os essenciais à sadia qualidade de vida, os quais, neste momento, estão sob ameaça em razão do risco de contaminação e transmissão do Coronavírus (COVID-19).

Deste modo, deve-se adotar um juízo de ponderação, fazendo com que os direitos fundamentais em comento continuem sendo desfrutados, devendo o direito ao trabalho, à livre iniciativa e o direito de ir, vir e permanecer serem parcialmente restringidos, temporariamente, a fim de que os direitos à vida, à saúde e os essenciais à sadia qualidade de vida, sejam efetivamente assegurados.

Em arremate, a título de exemplificação, deve ser observado que outros entes federativos já estão adotando medidas semelhantes, a exemplo dos Municípios de Campo Grande/MS<sup>22</sup> e Sidrolândia/MS<sup>23</sup>, que também estabeleceram proibições de circulação e aglomeração de pessoas durante o período de repouso noturno.

A Autoridade Administrativa destinatária deverá se pronunciar acerca do acatamento da presente Recomendação por escrito, o qual deve ser encaminhado ao e-mail [pjeodapolis@mpms.mp.br](mailto:pjdeodapolis@mpms.mp.br), no prazo de 48h, considerando a urgência que o caso comporta, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da presente recomendação, destacando-se que a ausência de manifestação importará em presunção de recusa ao seu cumprimento total ou parcial e, assim como o não acatamento, ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis, notadamente a responsabilização penal, administrativa, na seara da Lei de Improbidade Administrativa, e, por civil.

Deodápolis/MS, 23 de março de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

<sup>22</sup> <http://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/para-combater-coronavirus-prefeito-decreta-toque-de-recolher-em-campo-grande/>

<sup>23</sup> <https://www.sidrolandia.ms.gov.br/noticias/gabinete/prefeitura-oficializa-o-toque-de-recolher>.

**RECOMENDAÇÃO Nº 0004/2020/PJ/DPS.**

PA de Acompanhamento de Políticas Públicas Nº 09.2020.00001248-1.

NOTICIANTE: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

INTERESSADO: Município de Deodápolis.

OBJETO: Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pelo Município de Deodápolis/MS para prevenção, controle e contenção de riscos, de danos, e de agravos à saúde pública em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19), bem como se elas atendem às diretrizes, protocolos e demais procedimentos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de emergência em saúde pública de importância nacional declarada pela Portaria GM nº 188, de 03/02/2020..

**RECOMENDAÇÃO Nº 0004/2020/PJ/DPS.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por meio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, com fundamento no art. 3º, VII, da Resolução nº 005/2012-CPJ e no art. 8º, II, da Resolução CNMP nº 174/2017 e, por fim, no art. 26, I, alíneas "b" e "c", da Lei Orgânica do Ministério Público – Lei nº 8.625/93, e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme art. 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF/88);

CONSIDERANDO que a CF/88 dispõe, em seu art. 1º, III, que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF/88);

CONSIDERANDO que, consoante inteligência do art. 197 da CF/88, são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 200, II, IV e VIII, da CF/88, ao SUS compete, além de outras atribuições, constitucionais e infraconstitucionais, executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador, participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico e, ainda, colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho;

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 23, II, VI, VIII e IX, da CF/88), cuidar da saúde e assistência pública, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, organizar o abastecimento alimentar, bem como promover a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

CONSIDERANDO que, conforme o art. 30, I, II, VII e VIII, da CF/88, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população e promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

CONSIDERANDO a teor da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO o conteúdo dos Decretos Federais nº 10.282 e 10.288, ambos de 2020, os quais

regulamentam a Lei nº 13.979/2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, do Ministério da Saúde que declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19 Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública | COE-COVID-19;

CONSIDERANDO as Instruções Normativas nº 19 e nº 20, de março de 2020, ambas do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, as quais estabelecem orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Resolução Normativa - RN Nº 453, de 12 de março de 2020 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a qual altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2020, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para infecção pelo Coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, o qual dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-mato-grossense;

CONSIDERANDO o agravamento da situação de emergência em saúde pública vivenciada pelo Brasil, causada pela transmissão desenfreada do Coronavírus (COVID-19), bem como a notícia de que já existem vários casos confirmados em Mato Grosso do Sul, inclusive em mais de um município, indicando, portanto, o risco potencial da doença se alastrar pelos demais municípios do Estado;

CONSIDERANDO informações prestadas pelo Ministério da Saúde<sup>24</sup>, até as 16h desta terça-feira (24/3/2020), subiu para 2.201 o número de casos confirmados de coronavírus (Covid-19) no Brasil, e, até o momento, 46 mortes estão confirmadas, sendo 40 no Estado de São Paulo e 6 no Estado do Rio de Janeiro, tendo provocado 793 mortes, em apenas 24 horas, na Itália<sup>25</sup>, o que demonstra o potencial danoso da pandemia de Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a crise atual demanda a edição de leis diversos atos administrativos por parte dos Poderes Legislativo e Executivo municipais, a exemplo do Código Sanitário Municipal e do Código Municipal de Edificações e Obras, no intuito de possibilitar uma atuação mais eficiente e segura com o objetivo de prevenir e combater doenças e epidemias, a exemplo da dengue da doença causada pelo COVID-19 (Coronavírus);

CONSIDERANDO o último Boletim informativo da Secretaria de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul acerca do Coronavírus, de 24 de março de 2020, já são 24 casos confirmados de COVID-19 no Estado, sendo 22 só no Município de Campo Grande;

CONSIDERANDO, por fim, o conteúdo do Ofício nº 020/2020/GAB da Câmara Municipal de Deodápolis (fls. 187 do IC nº 06.2018.00002893-6);

<sup>24</sup> <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46593-coronavirus-46-mortes-e-2-201-casos-confirmados>

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/03/italia-registra-793-mortes-por-coronavirus-em-24-horas-e-bate-novo-recorde.shtml>

CONSIDERANDO, por fim, o conteúdo do Ofício nº 0074/2020/GABIP da Prefeitura de Deodápolis (fls. 190 do IC nº 06.2018.00002893-6);

CONSIDERANDO, por fim, o conteúdo do Ofício nº 0057/2019/VISA-MS do Serviço de Vigilância Sanitária do Município de Deodápolis, bem como do Projeto de Lei do Código Sanitário Municipal que o acompanha (fls. 144/146 e fls. 147/172 do IC nº 06.2018.00002893-6);

RECOMENDA ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Deodápolis/MS, Valdir Luiz Sartor, que:

1) o mais rápido possível e sem prejuízo das ações emergenciais de combate à transmissão do Coronavírus (COVID-19), e, respeitado, ainda, o poder discricionário do Executivo Municipal, proceda com a análise, revisão, conclusão e protocolo, junto à Câmara Municipal de Deodápolis/MS, do Projeto de Lei do Código Sanitário do Município de Deodápolis/MS, com as adaptações necessárias que ajudem no combate à transmissão do Coronavírus (COVID-19) e de outras doenças como a dengue;

2) o mais rápido possível e sem prejuízo das ações emergenciais de combate à transmissão do Coronavírus (COVID-19), e, respeitado, ainda, o poder discricionário do Executivo Municipal, proceda com a análise, revisão, conclusão e protocolo, junto à Câmara Municipal de Deodápolis/MS, do Projeto de Lei que propõe alterações para a atualização e aprimoramento do Código de Posturas do Município de Deodápolis/MS, com as adaptações necessárias que ajudem no combate à transmissão do Coronavírus (COVID-19) e de outras doenças como a dengue;

3) o quanto antes e sem prejuízo das ações emergenciais de combate à transmissão do Coronavírus (COVID-19), e, respeitado, ainda, o poder discricionário do Executivo Municipal, proceda com a análise, revisão, conclusão e protocolo, junto à Câmara Municipal de Deodápolis/MS, do Projeto de Lei do Código de Edificações e Obras do Município de Deodápolis/MS, com as adaptações necessárias que ajudem no combate à transmissão do Coronavírus (COVID-19) e de outras doenças como a dengue;

A Autoridade destinatária desta Recomendação deverá se pronunciar acerca do seu acatamento por escrito, o qual deve ser encaminhado ao e-mail [pjeodapolis@mpms.mp.br](mailto:pjdeodapolis@mpms.mp.br), no prazo de 48h, considerando a urgência que o caso comporta, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da presente recomendação, destacando-se que a ausência de manifestação importará em presunção de recusa ao seu cumprimento total ou parcial e, assim como o não acatamento, ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis, notadamente a responsabilização penal, administrativa, na seara da Lei de Improbidade Administrativa, e, por civil.

Deodápolis/MS, 24 de março de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.